



## **Gerenciamento de Riscos - Pilar 3**

1º trimestre de 2015

<b>OBJETIVO</b>	<b>4</b>
<b>PRINCIPAIS INDICADORES</b>	<b>4</b>
<b>1 GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL</b>	<b>5</b>
1.1 Estrutura Organizacional	5
1.2 Governança de Riscos e Capital	6
<b>2 CAPITAL</b>	<b>6</b>
2.1 Gerenciamento de Capital	6
2.2 Requerimentos de Capital Vigentes e em implantação	8
2.3 Composição do Capital	8
2.4 Ativos Ponderados pelo Risco	10
Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ )	10
Ativos Ponderados de Risco de Mercado ( $RWA_{MPAD}$ )	11
Ativos Ponderados de Risco de Operacional ( $RWA_{OPAD}$ )	11
2.5 Suficiência de Capital	12
<b>3 BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>14</b>
Balanço Patrimonial	14
Instituições Integrantes das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco <i> Holding</i>	16
Lista das instituições relevantes	18
<b>4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>19</b>
4.1 Participações societárias não classificadas na carteira de negociação	19
<b>5 RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>20</b>
5.1 Estrutura e Tratamento	20
5.2 Análise da Carteira de Crédito	22
Evolução da Carteira de Crédito	22
Operações com Características de Concessão de Crédito por País e por Região Geográfica do Brasil	22
Operações com Características de Concessão de Crédito por Setor Econômico	23
Prazo a decorrer das operações	24
Concentração da Carteira de Crédito nos Maiores Devedores	24
Operações em atraso	25
Provisões para Devedores Duvidosos	25
Instrumentos Mitigadores	26
Risco de Crédito da Contraparte	27
Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	28
Operações de Securitização	29
Derivativos de Crédito	31
<b>6 RISCO DE MERCADO</b>	<b>32</b>
6.1 Estrutura e Tratamento	32
6.2 Análise da Carteira de Mercado	34
Risco de taxa de juros na carteira de não negociação	34
Evolução da Carteira de Negociação	35
Evolução da Carteira de Derivativos	35
<i> VaR</i> - Consolidado Itaú Unibanco	36
<i> VaR</i> - Carteira de Negociação	37
<i> VaR</i> - Unidades Externas	38
Teste de Aderência	39

<b>7 RISCO OPERACIONAL</b>	<b>40</b>
7.1 Estrutura e Tratamento	40
7.2 Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios	41
<b>8 RISCO DE LIQUIDEZ</b>	<b>42</b>
8.1 Estrutura e Tratamento	42
8.2 Fontes Primárias de <i>Funding</i>	42
<b>9 OUTROS RISCOS</b>	<b>43</b>
Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização	43
Risco Socioambiental	43
Risco Reputacional	44
Risco Regulatório	44
Risco de Modelo	44
Risco País	45
Risco de Estratégia	45
<b>10 GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E ALINHAMENTO DE INCENTIVOS</b>	<b>46</b>
Apetite de Riscos	46
Teste de Estresse	46
Remuneração Ajustada ao Risco	46
<b>11 ANEXO I</b>	<b>48</b>
<b>12 GLOSSÁRIOS</b>	<b>51</b>
12.1 Glossário de Siglas	51
12.2 Glossário de Regulamentos	54

---

## Objetivo

O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco  *Holding S.A.* (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) através das Circulares 3.678 e 3.716, que dispõem sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês  *risk weighted assets*) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), alinhado às novas regras de capital e em conformidade com os normativos institucionais do Itaú Unibanco.

Para informações suplementares às citadas neste documento, consultar os demais relatórios de acesso público disponíveis em [www.itaú-unibanco.com.br/ri](http://www.itaú-unibanco.com.br/ri).

## Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter o perfil de risco da instituição dentro da estratégia de risco e diretrizes do Conselho de Administração. Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados considerando o Conglomerado Prudencial<sup>1</sup>, na data base de 31 de março de 2015.

Índice de Basileia

**15,3%**

4º Trim. 2014: 16,9%

Índice de Capital Principal

**11,6%**

4º Trim. 2014: 12,5%

Índice de Nivel II

**3,7%**

4º Trim. 2014: 4,4%

Patrimônio de Referência

**R\$ 120.903** milhões

4º Trim. 2014: R\$ 129.790 milhões

Capital Principal

**R\$ 91.451** milhões

4º Trim. 2014: R\$ 96.212 milhões

Nivel II

**R\$ 29.402** milhões

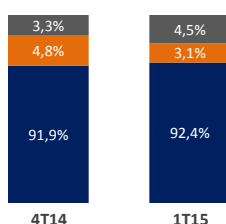
4º Trim. 2014: R\$ 33.559 milhões

RWA

**R\$ 788.844** milhões

4º Trim. 2014: R\$ 768.075 milhões

Composição do RWA



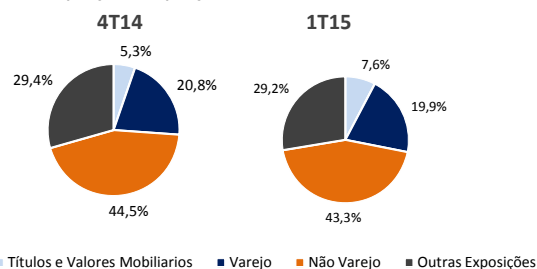
■ Risco de Crédito ■ Risco Operacional ■ Risco de Mercado

Exposição ao Risco de Crédito

**R\$ 728.559** milhões

4º Trim. 2014: R\$ 706.081 milhões

Composição da Exposição ao Risco de Crédito



■ Títulos e Valores Mobiliários ■ Varejo ■ Não Varejo ■ Outras Exposições

<sup>1</sup> Até 31 de dezembro de 2014, as informações são reportadas em Consolidado Operacional.

### 1 Gerenciamento de Riscos e Capital

O gerenciamento de riscos é considerado pelo Itaú Unibanco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas.

O gerenciamento de riscos no Itaú Unibanco é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações do Itaú Unibanco;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias do Itaú Unibanco;
- A carteira do Itaú Unibanco é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação do Itaú Unibanco.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados compostos pela alta administração, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco através dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Atendendo à Resolução 3.988 do Conselho Monetário Nacional (CMN), à Circular BACEN 3.547 e à Carta-Circular BACEN 3.565, o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), tendo submetido o último relatório do ICAAP ao BACEN em abril de 2014, referente à database de dezembro de 2013.

O Itaú Unibanco adota postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, que compreende as seguintes etapas:

- Identificação e análise dos riscos materiais aos quais o Itaú Unibanco está ou pode vir a estar exposto e avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos materiais;
- Planejamento de capital, considerando as diretrizes estratégicas, o ambiente econômico e as diretrizes do Conselho de Administração;
- Realização de testes de estresse, visando à análise de impacto de eventos severos sobre o nível de capitalização do Itaú Unibanco;
- Manutenção de um plano de contingência de capital para casos em que as fontes de capital se revelem inviáveis ou insuficientes;
- Avaliação interna da adequação de capital, que consiste na comparação do Patrimônio de Referência com o capital necessário, segundo avaliação interna, para fazer face aos riscos incorridos;
- Elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre adequação do capital para a alta administração e para o Conselho de Administração.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital pode ser visualizado no [site www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Gerenciamento de Capital.

#### 1.1 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está de acordo com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos do Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. Esta estrutura independente também é responsável por centralizar o gerenciamento de capital do Itaú Unibanco. O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho e aos Executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco aos riscos bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

O Itaú Unibanco administra sistemas de informática proprietários para completo atendimento aos regulamentos de reserva de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelas autoridades competentes para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

### 1.2 Governança de Riscos e Capital

O Itaú Unibanco estabeleceu Comitês responsáveis pela gestão de riscos e capital, os quais se reportam diretamente ao Conselho de Administração e tem seus membros eleitos ou indicados por esse órgão. No nível executivo, a gestão de riscos é exercida por órgãos colegiados compostos pela alta administração.

A descrição detalhada dessa estrutura pode ser consultada no Relatório Anual Consolidado, na sessão Nossa Gestão de Risco. O Relatório Anual Consolidado está disponível no site [www.itaú-unibanco.com.br/ri](http://www.itaú-unibanco.com.br/ri), na seção Informações Financeiras.

## 2 Capital

### 2.1 Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é o órgão máximo no gerenciamento de capital do Itaú Unibanco, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do conglomerado. Ainda no âmbito de gerenciamento de capital, através do relatório do ICAAP, o Conselho de Administração aprova:

- A identificação dos riscos materiais, a definição da necessidade de capital adicional para os riscos materiais e as metodologias internas de quantificação de capital;
- O plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse;
- O plano de contingência de capital;
- A avaliação interna da adequação de capital;
- A validação independente de processos e modelos do ICAAP.

Adicionalmente, as conclusões e os apontamentos da auditoria sobre os processos de gerenciamento de capital são levados para ciência do Conselho de Administração.

No nível executivo, existem órgãos colegiados compostos pela alta administração, responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital. Apoiando a governança dos órgãos colegiados, o Itaú Unibanco possui uma estrutura dedicada ao gerenciamento de capital da instituição que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

No contexto de gerenciamento de capital, é elaborado um plano de capital estruturado de forma consistente com o planejamento estratégico do Itaú Unibanco e que tem como objetivo garantir a manutenção de um nível adequado e sustentável de capital, incorporando análises do ambiente econômico, competitivo, político e outros fatores externos. O plano de capital compreende:

- Metas e projeções de capital do Itaú Unibanco de curto e de longo prazo, em cenários normais e em cenários de estresse, de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração;
- Principais fontes de capital;
- Plano de contingência de capital, contendo ações a serem realizadas em caso de potencial deficiência de capital.

Para elaborá-lo, considera-se, no mínimo:

- Análise de ameaças e de oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios;
- Projeções de balanços e de resultados;
- Metas de crescimento e/ou de participação no mercado;
- Segmentos visados pela instituição e produtos destinados a cada um deles;
- Políticas de distribuição de resultados e seus impactos no capital.

Como parte do planejamento de capital, condições extremas de mercado são simuladas, considerando eventos severos que busquem identificar potenciais restrições de capital. Os cenários de estresse são aprovados pelo Conselho de Administração e seus impactos no capital são considerados na definição de estratégia e posicionamento de negócios e de capital.

Complementando o cálculo de capital para cobertura dos riscos de Pilar 1, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo mecanismos que visam à identificação e à análise da materialidade de outros riscos incorridos pela instituição, além de metodologias para avaliação e quantificação da necessidade de capital adicional para cobertura dos mesmos.

De forma a prover informações necessárias aos Executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões, relatórios gerenciais são elaborados e apresentados em órgãos colegiados, informando-os sobre a adequação de capital do Itaú Unibanco bem como sobre projeções de níveis de capital futuros, em situações normais e de estresse.

### 2.2 Requerimentos de capital vigentes e em implantação

Os requerimentos mínimos de capital do Itaú Unibanco seguem o conjunto<sup>2</sup> de resoluções e circulares divulgadas pelo Bacen que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível - demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II, e os ativos ponderados pelo risco.

A partir do primeiro trimestre de 2015, os índices de Capital Total (PR), de Capital de Nível I e de Capital Principal devem ser apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial<sup>3</sup>, que abrange não só as instituições financeiras como também administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios. As informações publicadas em períodos anteriores ao primeiro trimestre de 2015 foram apuradas em Consolidado Operacional.

Para fins do cálculo desses requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelo risco de crédito com o risco de mercado e o risco operacional. O Itaú Unibanco utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo dessas parcelas, descritas no item 2.4 *Ativos Ponderados pelo Risco*.

O requerimento mínimo de Capital Total corresponde a um índice de 11% de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, decaindo gradualmente até 8% em 1º de janeiro de 2019.

Em contrapartida, as normas do BACEN estabeleceram um adicional de Capital Principal, que corresponde à combinação de colchões de conservação (fixo) e anticíclico (variável), que em conjunto com as exigências mencionadas no parágrafo anterior, aumenta as exigências de capital ao longo do tempo.

As normas também redefiniram os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II. Adicionalmente, instituem a redução gradual da elegibilidade do estoque de instrumentos emitidos de acordo com a Resolução 3.444 do CMN.

O cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil foi definido pelo BACEN conforme abaixo:

#### Cronograma de Implantação de Basileia III

	01/01/2014	01/01/2015	01/01/2016	01/01/2017	01/01/2018	01/01/2019
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	5,5%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Capital Total	11,0%	11,0%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP) - Limite Inferior	-	-	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Adicional de Capital Principal (ACP) - Limite Superior <sup>(1)</sup>	-	-	0,625%	2,5%	3,75%	5,0%
Capital Principal + ACP Limite Inferior	4,5%	4,5%	5,125%	5,75%	6,375%	7,0%
Nível I + ACP Limite Inferior	5,5%	6,0%	6,625%	7,25%	7,875%	8,5%
Capital Total + ACP Limite Inferior	11,0%	11,0%	10,5%	10,5%	10,5%	10,5%
Capital Principal + ACP Limite Superior <sup>(1)</sup>	4,5%	4,5%	5,125%	7,0%	8,25%	9,5%
Nível I + ACP Limite Superior <sup>(1)</sup>	5,5%	6,0%	6,625%	8,5%	9,75%	11,0%
Capital Total + ACP Limite Superior <sup>(1)</sup>	11,0%	11,0%	10,5%	11,8%	12,375%	13,0%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	20%	40%	60%	80%	100%	100%

<sup>(1)</sup> Em 2016, o Adicional de Capital de Principal - Limite Superior é igual ao Limite Inferior, conforme disposto pelo BACEN na Circular nº 3.741, de 29 de dezembro de 2014. Nos demais anos, considera-se o percentual máximo do Adicional de Capital Principal.

A aderência do BACEN às normas recomendadas pelo Comitê de Basileia foi avaliada no final de 2013 através do programa “Regulatory Consistency Assessment Programme” (RCAP). As regras vigentes no Brasil foram consideradas aderentes - nos termos do BIS, o Brasil foi considerado uma “compliant jurisdiction”<sup>4</sup> - ou seja, os padrões de capital estabelecidos no Brasil atendem aos requisitos mínimos internacionalmente vigentes. As divergências apontadas foram consideradas pouco significativas.

<sup>2</sup> As normas que implantaram as regras de Basileia III no Brasil foram divulgadas a partir de 1º de março de 2013, através das Resoluções do CMN 4.192 a 4.195 (a Resolução 4.195 foi revogada pela Resolução 4.280), em conjunto com 15 Circulares publicadas pelo BACEN em 4 de março do mesmo ano, bem como alterações posteriores.

<sup>3</sup> Maiores detalhes da regulação prudencial podem ser consultados na Circular BACEN 3.701, na Resolução CMN 4.280 ou no link: <http://www.bcb.gov.br/?REGPRUDENCIAL>

<sup>4</sup> Regulatory Consistency Assessment Programme (RCAP). Assessment of Basel III regulations in Brazil, December 2013, com atualização em março de 2015 sem pontos adicionais materiais.

### Requisitos mínimos de capital para Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) divulgou, em 18 de fevereiro de 2013, as Resoluções CNSP 280 (que revogou a Circular 411), 283 e 284 que dispõem sobre as regras de cálculo de capital dos riscos de subscrição e operacional. Em 25 de setembro de 2014, foram alterados os requisitos de cálculo com a divulgação da Resolução CNSP 316 (que revogou as Resoluções CNSP 263, 269 e 302). Estes normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, de previdência e de capitalização. Em janeiro de 2011, entrou em vigor a Resolução CNSP 228 de 6 de dezembro de 2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas. Além dos riscos de subscrição, crédito e operacional, em dezembro de 2014 foi publicada a Resolução CNSP 317 que regulamenta o capital de risco de mercado.

### 2.3 Composição do Capital

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório do Nível I e Nível II, onde:

- Nível I: composto pelo Capital Principal, apurado a partir do capital social, certas reservas e lucros retidos menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo Capital Complementar;
- Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

A tabela abaixo apresenta a composição do PR segregado entre Capital Principal, Capital Complementar e de Nível II considerando suas respectivas deduções e ajustes prudenciais, conforme estabelecido nas Resoluções mencionadas.

#### Composição do Patrimônio de Referência

R\$ milhões

	Prudencial	Consolidado Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
<b>Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)</b>	<b>96.954</b>	<b>95.848</b>	<b>82.173</b>
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	860	2.333	1.844
Alteração de Participação em Subsidiária em Transação de Capital	4.579	4.899	5.819
Resultado não Realizado	-	-	-
<b>Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)</b>	<b>102.393</b>	<b>103.079</b>	<b>89.836</b>
Ações Preferenciais com Cláusula de Resgate Excluídas do Nível I	-	(1.048)	(890)
Deduções do Capital Principal	(10.942)	(5.819)	(5.934)
<b>Capital Principal</b>	<b>91.451</b>	<b>96.212</b>	<b>83.013</b>
Instrumentos Elegíveis para Compor o Capital Complementar	-	-	-
Deduções do Capital Complementar	50	20	21
<b>Capital Complementar</b>	<b>50</b>	<b>20</b>	<b>21</b>
Ajustes do Nível I	-	-	-
<b>Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)</b>	<b>91.501</b>	<b>96.232</b>	<b>83.034</b>
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II <sup>(1)</sup>	29.354	33.547	33.547
Deduções do Nível II	48	12	12
Ajustes do Nível II	-	-	-
<b>Nível II</b>	<b>29.402</b>	<b>33.559</b>	<b>33.559</b>
<b>Exclusões: Instrumentos de Captação Emitidos por Instituições Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>120.903</b>	<b>129.790</b>	<b>116.593</b>

<sup>(1)</sup> Além de dívidas subordinadas, as ações preferenciais resgatáveis (no valor de R\$ 226 milhões) compõem o saldo dos instrumentos elegíveis a Nível II.

Conforme o cronograma de implantação de Basileia III no Brasil, a partir do primeiro trimestre de 2015 as informações passam a ser reportadas no Conglomerado Prudencial. A partir deste período, as deduções dos ajustes prudenciais também sofrem alteração, aumentando de 20% para 40%.

A composição detalhada do Patrimônio de Referência conforme requerido pelas Circulares 3.678 e 3.716 pode ser observada no Anexo I – Composição e Adequação do Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR - deste documento.



## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

Os montantes dos fundos obtidos por meio de emissão de dívidas subordinadas e que são considerados no capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, estão descritos abaixo:

### Dívidas Subordinadas e Patrimônio de Referência Nível II

R\$ milhões

Nome do Papel	Vencimentos						31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
	<1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	> 5 anos	Total	Total	Total
CDB	5.789	1.829	-	-	-	-	7.618	7.368	12.255
Letras Financeiras	576	4.292	9.548	8.383	107	3.137	26.043	25.765	25.182
Eurototes	353	-	-	-	-	24.694	25.047	20.732	17.659
Dívida Subordinada (mar/15)	6.718	6.121	9.548	8.383	107	27.831	58.708	53.865	55.096
Dívida Subordinada não elegível a capital <sup>(1)</sup>	127	30	28	26	24	585	820	703	438
Dívida Subordinada - Total (mar/15)	6.845	6.151	9.576	8.409	131	28.416	59.528	54.568	55.534
Dívida Subordinada após redutor (mar/15)	-	1.224	3.819	5.030	85	27.831	37.990	-	-
Dívida Subordinada (dez/12)	3.367	4.951	725	6.997	8.742	29.139	53.921	-	-
Dívida Subordinada após redutor (dez/12)	-	990	290	4.198	6.993	29.139	41.611	-	-
Limitador <sup>(2)</sup> Dívida Subordinada	-	693	203	2.939	4.895	20.397	29.128	-	-
Dívida Subordinada elegível a capital (mar/15) <sup>(3)</sup>	-	693	203	2.939	4.895	20.397	29.128	-	-

<sup>(1)</sup> Dívidas subordinadas que não compõem o Nível II do PR.

<sup>(2)</sup> Dívidas subordinadas de dez/12 com aplicação do limitador de acordo com art. 28º da Resolução 4.192.

<sup>(3)</sup> Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de mar/15, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dez/12, com a inclusão das dívidas aprovadas após o fechamento, autorizadas pelo Bacen para compor o Nível II, totalizando R\$ 53.921 milhões.

O detalhamento sobre os prazos de vencimento, remuneração, valor do principal, saldo contábil e montante de dívidas subordinadas é apresentado a seguir:

### Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital

R\$ milhões

Nome do Papel/ Moeda	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014	mar/15 - dez/14	mar/15 - mar/14	31/03/2015
				Valor Principal	Valor Principal	Valor Principal	Variação Principal	Saldo Contábil	
<b>CDB<sup>(1)</sup> Subordinado - BRL</b>									
	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6% IGPM + 7,22%	-	-	1.865	-	(1.865)	-
	2008	2014	112% do CDI	-	-	33	-	(33)	-
	2008	2015	119,8% do CDI	400	400	400	-	-	842
	2010	2015	113% do CDI	50	50	50	-	-	87
	2006	2016	100% do CDI + 0,7%	466	466	466	-	-	1.116
	2010	2016	110% a 114% do CDI	2.665	2.665	2.665	-	-	4.622
			IPCA + 7,21%	123	123	123	-	-	237
	2010	2017	IPCA + 7,33%	367	367	367	-	-	714
			<b>Total</b>	<b>4.071</b>	<b>4.071</b>	<b>6.969</b>	-	<b>(2.898)</b>	<b>7.618</b>
<b>Letra Financeira Subordinada - BRL</b>									
	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36% 112% a 112,5% do CDI	365	365	365	-	-	370
			IPCA + 7%	1.874	1.874	1.874	-	-	1.900
	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	30	30	30	-	-	53
	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	206	206	206	-	-	294
	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.224	3.224	3.224	-	-	3.393
			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.650	3.650	3.650	-	-	3.742
			IPCA + 6,15% a 7,8%	352	352	352	-	-	520
			IGPM + 6,55% a 7,6%	138	138	138	-	-	211
	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	500	500	500	-	-	521
	2011	2018	IGPM + 7%	42	42	42	-	-	53
			IPCA + 7,53% a 7,7%	30	30	30	-	-	42
	2012	2018	108% a 113% do CDI	6.373	6.373	6.373	-	-	6.916
			IPCA + 4,4% a 6,58%	461	461	461	-	-	617
			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.782	3.782	3.782	-	-	3.933
			9,95% a 11,95%	112	112	112	-	-	147
	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2	2	2	-	-	3
	2012	2019	110% do CDI	1	1	1	-	-	1
			11,96%	12	12	12	-	-	17
			IPCA + 4,7% a 6,3%	101	101	101	-	-	136
	2012	2020	111% do CDI	1	1	1	-	-	1
			IPCA + 6% a 6,17%	20	20	20	-	-	29
	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	6	6	6	-	-	9
	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	2.307	2.307	2.307	-	-	3.112
			IGPM + 4,63%	20	20	20	-	-	23
			<b>Total</b>	<b>23.609</b>	<b>23.609</b>	<b>23.609</b>	-	-	<b>26.043</b>
<b>Eurototes Subordinado - USD</b>									
	2010	2020	6,2%	990	990	990	-	-	3.259
	2010	2021	5,75%	1.000	1.000	1.000	-	-	3.194
	2011	2021	5,75% a 6,2%	730	730	730	-	-	2.459
	2012	2021	6,2%	550	550	550	-	-	1.764
	2012	2022	5,5% a 5,65%	2.600	2.600	2.600	-	-	8.315
	2012	2023	5,13%	1.851	1.851	1.851	-	-	6.056
			<b>Total USD</b>	<b>7.721</b>	<b>7.721</b>	<b>7.721</b>	-	-	<b>25.047</b>
			<b>Total BRL</b>						<b>25.047</b>
			<b>Total Geral</b>						<b>58.708</b>
			Dívida Subordinada após redutor						<b>37.990</b>
			Dívida Subordinada elegível a capital (mar/15) <sup>(2)</sup>						<b>29.128</b>

<sup>(1)</sup> Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

<sup>(2)</sup> Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de mar/15, foi considerado o saldo da dívida subordinada elegível a capital de dez/12.

As informações relativas a cada instrumento integrante do Patrimônio de Referência, conforme requerido pelas Circulares BACEN 3.678 e 3.716, podem ser visualizadas no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), seção Governança Corporativa,

Planilhas de apoio – Pilar 3, Anexo I e II (Anexo II – Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência).

### 2.4 Ativos Ponderados pelo Risco

De acordo com as Resoluções CMN 4.193 e 4.281, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = \boxed{\text{RWA}_{\text{CPAD}}^{\text{Risco de Crédito}}} + \boxed{\text{RWA}_{\text{CAM}} + \text{RWA}_{\text{JUR}} + \text{RWA}_{\text{COM}} + \text{RWA}_{\text{ACS}}^{\text{Risco de Mercado}}} + \boxed{\text{RWA}_{\text{OPAD}}^{\text{Risco de Operacional}}}$$

- $RWA_{\text{CPAD}}$  = parcela relativa às exposições ao risco de crédito;
- $RWA_{\text{CAM}}$  = parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;
- $RWA_{\text{JUR}}$  = parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;
- $RWA_{\text{COM}}$  = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*);
- $RWA_{\text{ACS}}$  = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;
- $RWA_{\text{OPAD}}$  = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional.

A tabela abaixo apresenta de forma consolidada a evolução da composição do RWA do Itaú Unibanco. Cada uma das parcelas mencionadas abaixo será detalhada nos próximos tópicos.

#### Composição dos Ativos Ponderados Pelo Risco

R\$ milhões

Exposições ao Risco	Prudencial		Operacional			
	31/03/2015		31/12/2014		31/03/2014	
Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{\text{CPAD}}$ )	728.559	92,4%	706.081	91,9%	686.511	92,1%
Ativos Ponderados de Risco de Mercado ( $RWA_{\text{MPAD}}$ )	24.776	3,1%	25.176	3,3%	22.054	3,0%
Ativos Ponderados de Risco de Operacional ( $RWA_{\text{OPAD}}$ )	35.509	4,5%	36.817	4,8%	36.566	4,9%
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>788.844</b>	<b>100%</b>	<b>768.075</b>	<b>100%</b>	<b>745.131</b>	<b>100%</b>

### Ativos Ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{\text{CPAD}}$ )

A tabela abaixo apresenta os valores dos ativos ponderados de risco de crédito ( $RWA_{\text{CPAD}}$ ), segregados por fator de ponderação e tipo de ativos:

#### Abertura dos ativos ponderados de Risco de Crédito ( $RWA_{\text{CPAD}}$ )

R\$ milhões

Exposições ao Risco	Prudencial		Operacional	
	31/03/2015		31/12/2014	31/03/2014
<b>Ativos Ponderados de Risco de Crédito (<math>RWA_{\text{CPAD}}</math>)</b>	<b>728.559</b>		<b>706.081</b>	<b>686.511</b>
<b>a) Por Fator de Ponderação (FPR):</b>				
FPR de 2%	136		75	53
FPR de 20%	6.291		3.249	7.298
FPR de 35%	8.579		8.139	7.033
FPR de 50%	46.681		34.486	23.615
FPR de 75%	145.250		146.705	127.690
FPR de 85%	147.950		139.730	119.733
FPR de 100%	305.875		307.259	314.160
FPR de 150%	-		-	20.201
FPR de 250%	34.294		34.838	31.130
FPR de 300%	18.002		14.015	19.288
FPR de 1250%	1.688		4.430	6.392
Derivativos - Ganho Potencial Futuro e Variação da qualidade creditícia da contraparte	13.812		13.156	9.919
<b>b) Por Tipo:</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	55.102		37.571	41.332
Operações de Crédito - Varejo	119.257		121.534	104.158
Operações de Crédito - Não Varejo	232.035		226.925	230.689
Coobrigações - Varejo	324		324	181
Coobrigações - Não Varejo	65.499		63.509	63.995
Compromissos de Crédito - Varejo	25.651		24.835	23.345
Compromissos de Crédito - Não Varejo	17.629		23.699	29.131
Outras Exposições	213.063		207.684	193.679

**Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA<sub>MPAD</sub>)**

O RWA<sub>MPAD</sub> consiste no somatório das parcelas: RWA<sub>CAM</sub>, RWA<sub>JUR</sub>, RWA<sub>COM</sub>, RWA<sub>ACS</sub>. A seguir, a abertura dos ativos ponderados de risco de mercado:

**Abertura dos Ativos Ponderados de Risco de Mercado**

R\$ milhões

	Prudencial	Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
<b>Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA<sub>MPAD</sub>)</b>	<b>24.776</b>	<b>25.176</b>	<b>22.054</b>
<b>Operações sujeitas à variação de taxas de juros (RWA<sub>JUR</sub>)</b>	<b>12.046</b>	<b>10.347</b>	<b>14.421</b>
Prefixadas denominadas em real (RWA <sub>JUR1</sub> )	3.995	1.612	2.764
Cupons de moedas estrangeiras (RWA <sub>JUR2</sub> )	4.858	4.809	7.425
Cupom de índices de preços (RWA <sub>JUR3</sub> )	3.194	3.744	3.991
Cupons de taxas de juros (RWA <sub>JUR4</sub> )	-	183	241
<b>Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWA<sub>COM</sub>)</b>	<b>921</b>	<b>952</b>	<b>939</b>
<b>Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWA<sub>ACS</sub>)</b>	<b>610</b>	<b>474</b>	<b>1.052</b>
<b>Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial (RWA<sub>CAM</sub>)</b>	<b>11.198</b>	<b>13.403</b>	<b>5.642</b>
<b>Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)</b>	<b>1.216</b>	<b>1.846</b>	<b>935</b>

**Ativos Ponderados de Risco de Operacional (RWA<sub>OPAD</sub>)**

As Circulares BACEN 3.640, 3.675 e 3.739 estabelecem os critérios de apuração da parcela de ativos ponderados pelo risco relativa ao cálculo de capital requerido para risco operacional (RWA<sub>OPAD</sub>). De acordo com a regulação vigente, o valor da exposição RWA<sub>OPAD</sub> é calculado semestralmente, com informações relativas às datas base 30 de junho e 31 de dezembro.

A seguir, a abertura dos ativos ponderados de risco operacional:

**Abertura dos ativos ponderados de Risco de Operacional (RWA<sub>OPAD</sub>)**

R\$ milhões

	Prudencial	Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
<b>Ativos Ponderados de Risco de Operacional (RWA<sub>OPAD</sub>)</b>	<b>35.509</b>	<b>36.817</b>	<b>36.566</b>
Varejo	6.946	7.079	6.897
Comercial	16.653	13.429	12.502
Finanças Corporativas	1.370	1.132	1.127
Negociação e Vendas	2.581	8.256	9.430
Pagamentos e Liquidações	3.070	2.856	2.785
Serviços de Agente Financeiro	2.756	2.031	1.814
Administração de Ativos	2.132	2.030	1.993
Corretagem de Varejo	1	4	19

## 2.5 Suficiência de Capital

O Itaú Unibanco, através do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório para os riscos de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo Índice de Basileia, de Capital Principal, de Nível I e de Nível II.

Em 31 de março de 2015, o PR alcançou R\$ 120.903 milhões, sendo R\$ 91.501 milhões referentes a Nível I e R\$ 29.402 milhões referentes a Nível II.

### Composição do Patrimônio de Referência

	Prudencial		Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014	
<b>Nível I</b>	<b>91.501</b>	<b>96.232</b>	<b>83.034</b>	
Capital Principal	91.451	96.212	83.013	
Capital Complementar	50	20	21	
<b>Nível II</b>	<b>29.402</b>	<b>33.559</b>	<b>33.559</b>	
Exclusões	-	-	-	
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>120.903</b>	<b>129.790</b>	<b>116.593</b>	
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>86.773</b>	<b>84.488</b>	<b>81.964</b>	
<b>Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>34.130</b>	<b>45.302</b>	<b>34.629</b>	

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR com o ativo permanente imobilizado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR Ajustado, fixado pelo BACEN.

Neste trimestre, o Índice de Basileia atingiu 15,3%, sendo o de Nível I equivalente a 11,6% e o de Nível II equivalente a 3,7%. A queda do índice de Basileia se deveu primordialmente aos seguintes fatores: o andamento do cronograma de implantação de BIS III (1,0p.p.); a distribuição de juros sobre capital próprio (0,4p.p.); as variações no ativo ponderado por risco (0,8 p.p.) e o aumento do saldo de crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social (0,5p.p.) devido à estratégia de mitigação do risco cambial do capital investido no exterior. Esses efeitos negativos foram compensados em parte pela acumulação de lucros e a adoção do Consolidado Prudencial.

A tabela a seguir apresenta os valores do Índice de Basileia e de Imobilização.

### Índices de Basileia e Imobilização

	Prudencial		Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014	
<b>Índice de Basileia</b>	<b>15,3%</b>	<b>16,9%</b>	<b>15,6%</b>	
Nível I	11,6%	12,5%	11,1%	
Capital Principal	11,6%	12,5%	11,1%	
Capital Complementar	0,0%	0,0%	0,0%	
Nível II	3,7%	4,4%	4,5%	
<b>Índice de Imobilização</b>	<b>47,5%</b>	<b>49,1%</b>	<b>49,2%</b>	
Folga de Imobilização	3.054	1.160	926	

A fim de avaliar a adequação do seu capital o Itaú Unibanco dispõe de um processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP).

A primeira etapa do ICAAP consiste na identificação e na análise da materialidade dos riscos aos quais a instituição está exposta. Por tanto, o processo de identificação dos riscos materiais para o Itaú Unibanco ocorre conforme a seguir: (i) mapeamento de todo e qualquer risco que possa existir dentro da instituição, dada a sua complexidade, os seus modelos de negócio e o ambiente socioeconômico no qual está inserida; e (ii) análise da materialidade, dado o mapeamento inicial, dos riscos identificados através de abordagem estruturada e critérios transparentes de avaliação.

Uma vez identificados os riscos materiais, a próxima etapa consiste na avaliação individual da necessidade de capital adicional para fazer face ao risco. Para os riscos cuja necessidade de capital é concluída, são desenvolvidas metodologias internas de quantificação do capital necessário para resguardar a instituição de perdas inesperadas decorrentes de sua materialização. Já para os riscos que têm algum requerimento de capital regulatório (risco de crédito, risco de mercado da carteira de negociação e risco operacional), são feitas, através de metodologias internas, análises da adequação do nível de capital requerido a fim de averiguar se os níveis de capital requeridos regulatoriamente são suficientes para cobrir as exposições do Itaú Unibanco.

De maneira a garantir que a instituição tenha um nível de capitalização adequado e sustentável dados (i) os riscos materiais identificados anteriormente, (ii) sua estratégia de negócios e (iii) o contexto econômico em que atua, o Itaú Unibanco conta, ainda no âmbito do ICAAP, com um processo de planejamento de capital. Neste processo, são realizadas projeções de capital do conglomerado, tanto em cenários de normalidade quanto em estresse, visando a suportar a Alta Administração e o Conselho de Administração no gerenciamento de capital.

O Itaú Unibanco possui, ainda, um plano de contingência de capital para casos em que as fontes de capital se revelem inviáveis ou insuficientes, ou para casos de ocorrência de fatos não previstos que possam afetar a adequação de capital da instituição. O plano de contingência de capital contempla um conjunto de ações que permitem ao Itaú Unibanco aumentar seus níveis de capitalização, caso necessário.

Por fim, como conclusão de todas as etapas citadas, é avaliada a adequação do capital disponível na instituição, comparando-o com o capital total necessário para fazer face aos riscos materiais, obtido através das metodologias internas. Este processo é realizado anualmente e resulta em um relatório, submetido ao BACEN.

O resultado do último ICAAP realizado, com data-base dezembro de 2013, apontou que o Itaú Unibanco dispõe não somente de capital para fazer face a todos os riscos materiais, mas também de folga de capital em patamares elevados, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

### 3 Balanço Patrimonial

#### Balanço Patrimonial

A seguir, o comparativo balanço patrimonial do Itaú Unibanco entre as versões das Demonstrações Contábeis Completas do Itaú Unibanco e de suas controladas (Consolidado Publicação) e a do Conglomerado Prudencial. As informações apresentadas no Conglomerado Prudencial são suficientemente detalhadas de forma que os elementos patrimoniais divulgados no Anexo I são identificados na última coluna da tabela a seguir.

#### Balanço Patrimonial Consolidado - Ativo

R\$ milhões

Data Base Mar/15	Publicação	Diferenças <sup>1</sup>	Prudencial	Ref. Anexo I
<b>ATIVO</b>	<b>31/03/2015</b>			
<b>Circulante e Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.274.667</b>	<b>(131.498)</b>	<b>1.143.169</b>	
Disponibilidades	18.687	(180)	18.507	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	225.076	(4.099)	220.977	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	324.060	(117.034)	207.026	
Relações Interfinanceiras	66.855	-	66.855	
Relações Interdependências	146	-	146	
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	439.751	(3.727)	436.024	
<b>Outros Créditos</b>	<b>195.751</b>	<b>(5.133)</b>	<b>190.618</b>	
Créditos Tributários e Ativos Atuariais	-	-	20.524	
Créditos Tributários de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CS	-	-	10.920	(b)
Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias	-	-	9.348	(c)
Ativos Atuariais de Fundos de Pensão de Benefício Definido	-	-	256	(d)
Outros	-	-	170.094	
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>4.341</b>	<b>(1.325)</b>	<b>3.016</b>	
<b>Permanente</b>	<b>19.947</b>	<b>40.521</b>	<b>60.468</b>	
<b>Investimentos</b>	<b>3.539</b>	<b>34.598</b>	<b>38.137</b>	
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	401	(e)
Participações em Empresas Assemelhadas e Seguradoras	-	-	9.368	(f)
Participação em Instituições Financeiras	-	-	602	(a)
Outros	-	-	27.766	
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>7.521</b>	<b>(615)</b>	<b>6.906</b>	
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	41	(g)
Outras	-	-	6.865	
<b>Ágio</b>	<b>225</b>	<b>(225)</b>	<b>-</b>	
<b>Intangível</b>	<b>8.662</b>	<b>6.763</b>	<b>15.425</b>	
Direitos Por Aquisição Folha de Pagamento	1.051	-	1.051	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	160	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	891	(i)
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>10.261</b>	<b>10.841</b>	<b>21.102</b>	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	3.621	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	3.996	(i)
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	12.834	(e)
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	399	(g)
Outros	-	-	252	
(Amortização Acumulada)	(2.649)	(4.079)	(6.728)	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	(488)	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	(1.622)	(i)
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	(4.298)	(e)
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	(320)	(g)
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.294.613</b>	<b>(90.976)</b>	<b>1.203.637</b>	

<sup>1</sup> Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

### Balço Patrimonial Consolidado - Passivo

Data Base Mar/15	Publicação	Diferenças <sup>1</sup>	Prudencial	Ref. Anexo I
<b>PASSIVO</b>	<b>31/03/2015</b>			
<b>Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>	<b>1.194.447</b>	<b>(94.697)</b>	<b>1.099.750</b>	
Depósitos	298.652	5.082	303.734	
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>330.858</b>	<b>2.360</b>	<b>333.218</b>	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	50.753	9	50.762	
Relações Interfinanceiras	4.220	-	4.220	
Relações Interdependências	5.146	-	5.146	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	96.265	(37)	96.228	
Instrumentos Financeiros Derivativos	30.997	45	31.042	
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	116.737	(116.737)	-	
<b>Outras Obrigações</b>	<b>260.819</b>	<b>14.581</b>	<b>275.400</b>	
Fiscais e Previdenciárias	11.955	(1.639)	10.316	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	-	-	4.613	(b)/(c)
Provisões atuariais de Fundos de Pensão de Benefício Definido	-	-	143	(d)
Outras	-	-	5.560	
Outras	-	-	265.084	
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	<b>1.513</b>	<b>(19)</b>	<b>1.494</b>	
<b>Participações Minoritárias nas Subsidiárias</b>	<b>1.700</b>	<b>(840)</b>	<b>860</b>	
Participação de Não Controladores	-	-	860	(j)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>96.954</b>	<b>4.579</b>	<b>101.533</b>	
<b>Capital Social</b>	<b>75.000</b>	<b>-</b>	<b>75.000</b>	
Instrumentos Elegíveis	-	-	75.000	(k)
<b>Reservas de Capital</b>	<b>1.217</b>	<b>-</b>	<b>1.217</b>	
Outras Receitas e Outras Reservas	-	-	1.217	(m)
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>22.349</b>	<b>4.121</b>	<b>26.470</b>	
Reservas de Lucros	-	-	26.470	(l)
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>55</b>	<b>458</b>	<b>513</b>	
Outras Receitas e Outras Reservas	-	-	513	(m)
<b>(Ações em Tesouraria)</b>	<b>(1.667)</b>	<b>-</b>	<b>(1.667)</b>	
Ações ou Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	-	(1.667)	(n)
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.294.613</b>	<b>(90.976)</b>	<b>1.203.637</b>	

<sup>1</sup> Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

## Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo é apresentada a lista das instituições que são consolidadas para fins de apresentação do Consolidado Publicação. As instituições que, além de compor o Consolidado Publicação, também compõem o Conglomerado Prudencial, estão identificadas a seguir.

### Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Instituições	
Aco Ltda.	Itaú Administração Previdenciária Ltda.
Afinco Américas Madeira, Sgps, Sociedade Unipessoal, Ltda.	Itaú Administradora de Consórcios Ltda. <sup>(1)</sup>
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Referenciado DI <sup>(1)</sup>	Itaú Asia Securities Ltd. <sup>(1)</sup>
Albarus S.A.	Itaú Asset Management S.A. Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión
Banco Del Paraná S.A.	Itaú Bahamas Directors Ltd.
Banco Investcred Unibanco S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú Bahamas Nominees Ltd.
Banco Itaú (Suisse) S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd. <sup>(1)</sup>
Banco Itaú Argentina S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú Bank & Trust Cayman Ltd. <sup>(1)</sup>
Banco Itaú BBA S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú Bank, Ltd. <sup>(1)</sup>
Banco Itaú BMG Consignado S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera <sup>(1)</sup>
Banco Itaú Chile S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA Corredor de Bolsa Ltda. <sup>(1)</sup>
Banco Itaú International <sup>(1)</sup>	Itaú BBA International (Cayman) Ltd. <sup>(1)</sup>
Banco Itaú Paraguay S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA International Plc <sup>(1)</sup>
Banco Itaú Uruguay S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA México, Casa de Bolsa, S.A. <sup>(1)</sup>
Banco Itaú Veículos S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA México, S.A. de C.V.
Banco Itaubank S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA Participações S.A.
Banco Itaucard S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA Sas
Banco Itauleasing S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú BBA Trading S.A.
BFB Rent Administração e Locação Ltda.	Itaú BBA Uk Securities Limited <sup>(1)</sup>
Bicsa Holding Ltd.	Itaú BBA Usa Securities Inc. <sup>(1)</sup>
Bie Cayman Ltd.	Itaú BMG Corretora de Seguros Ltda.
Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Itaú BMG Gestão de Vendas Ltda.
Cia. Itaú de Capitalização	Itaú BMG Participação Ltda.
Credicard Promotora de Vendas Ltda.	Itaú BMG Seguradora S.A.
Ctbn Fundo de Investimento Imobiliário - Fii <sup>(1)</sup>	Itaú Cayman Directors Ltd.
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil <sup>(1)</sup>	Itaú Cayman Nominees Ltd.
Estrel Serviços Administrativos S.A.	Itaú Chile Administradora General de Fondos S.A.
Facilita Promotora Ltda.	Itaú Chile Compañia De Seguros de Vida S.A.
Fic Promotora de Vendas Ltda.	Itaú Chile Corredora de Seguros Ltda.
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financ. e Investimento <sup>(1)</sup>	Itaú Chile Holdings, Inc.
Fondo Mutuo Etf It Now Ipsa <sup>(1)</sup>	Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.
Fundo Fortaleza Investimento Imobiliário <sup>(1)</sup>	Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros <sup>(1)</sup>
Garnet Corporation	Itaú Corretora de Valores S.A. <sup>(1)</sup>
Hipercard Banco Múltiplo S.A. <sup>(1)</sup>	Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. <sup>(1)</sup>
Icarros Ltda.	Itaú EU Lux-Itaú Latin America Equity Fund <sup>(1)</sup>
Iga Participações S.A.	Itaú EU Lux-Itaú Brazil Equity Fund <sup>(1)</sup>
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. <sup>(1)</sup>	Itaú Europa Luxembourg S.A.
Intrag-Part Administração e Participações Ltda.	Itaú Global Asset Management Limited
Investcard Referenciado DI - Fundo de Investimentos Cotas FI <sup>(1)</sup>	Itaú Global Fixed Income Fund <sup>(1)</sup>
Investimentos Bemge S.A.	Itaú Institucional Curto Prazo - Fundo de Investimento
Ipi - Itaúsa Portugal Investimentos, Sgps Ltda.	Itaú International Investment LLC

<sup>(1)</sup> Instituições que compõem o Consolidado Prudencial



## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

### Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

	Instituições
Itaú International Securities Inc. <sup>(1)</sup>	Luizacred S.A. Soc. de Crédito, Financiamento e Investimento <sup>(1)</sup>
Itaú Japan Asset Management Limited	Marcep Corretagem de Seguros S.A.
Itaú Kinea Private Equity MM FICF CP <sup>(1)</sup>	Maxipago Serviços de Internet S.A.
Itaú Middle East Limited	MCC Aseorias Limitada
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	MCC Securities Inc. <sup>(1)</sup>
Itaú Seguros S.A.	Megabônus Negócios de Varejo Ltda.
Itaú Singapore Securities Pte. Ltd. <sup>(1)</sup>	Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor <sup>(1)</sup>
Itaú Uk Asset Management Limited	Mundostar S.A.
Itaú Unibanco Holding Cayman Branch <sup>(1)</sup>	Munita, Cruzat Y Claro S.A. Corredores de Bolsa <sup>(1)</sup>
Itaú Unibanco Holding S.A. <sup>(1)</sup>	Nevada Woods S.A.
Itaú Unibanco S.A. Cayman Branch <sup>(1)</sup>	Oca S.A. <sup>(1)</sup>
Itaú Unibanco S.A. New York Branch <sup>(1)</sup>	Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior <sup>(1)</sup>
Itaú Unibanco S.A. Tokyo Branch <sup>(1)</sup>	Portonovo Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros <sup>(1)</sup>
Itaú Unibanco S.A. <sup>(1)</sup>	Pró-Imóvel Promotora Ltda.
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch <sup>(1)</sup>	Proserv - Promociones y Servicios S.A. de Capital Variable
Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda.	Provar Negócios de Varejo Ltda.
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda. <sup>(1)</sup>	Proyek Fip <sup>(1)</sup>
Itaú Usa Asset Management Inc.	Razac Fundo de Investimento em Participações <sup>(1)</sup>
Itaú Usa Inc.	Recuperadora de Creditos Ltda.
Itaú Valores S.A. <sup>(1)</sup>	Redecard S.A. <sup>(1)</sup>
Itaú Vida E Previdência S.A.	Rt Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa
Itauprev Retirement Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Rt Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa
Itaúsa Europa Investimentos, Sgps, Ltda.	Rt Defiant Multimercado - Fundo de Investimento
Itaúsa Portugal - Soc. Gestora de Partic. Sociais, S.A.	Rt Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
Itauseg Participações S.A.	Rt Enterprise Curto Prazo - Fundo de Investimento <sup>(1)</sup>
Itauseg Saúde S.A.	Rt Excelsior Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
Itaúvest Distribuidora de Títulos e Val. Mobiliários S.A. <sup>(1)</sup>	Rt Itaú Dj Títulos Públicos Fundo de Investimento Referenciado DI <sup>(1)</sup>
Itb Holding Brasil Participações Ltda.	Rt Nation Renda Fixa Fundo de Investimento
Itb Holding Ltd.	Rt Union Renda Fixa Fundo de Investimento
Itrust Servicios Inmobiliarios S.A.C.I.	Rt Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento
Iucor Corretora de Seguros Ltda.	Rt Voyager Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento <sup>(1)</sup>
Jasper International Investment LLC	Topaz Holding Ltd.
Karen International Limited	Trishop Promoção e Serviços Ltda.
Kinea Dinâmico Master Long Biased Fundo de Investimento Em Ações <sup>(1)</sup>	Tulipa S.A.
Kinea I Pipe Fundo de Investimento em Ações <sup>(1)</sup>	Ubt Finance S.A.
Kinea I Private Equity Fip <sup>(1)</sup>	Unibanco Empreendimentos Ltda.
Kinea I Total Return Equity - Fundo de Investimento Em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado <sup>(1)</sup>	Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.
Kinea II Macro Fundo de Investimento Multimercado <sup>(1)</sup>	Uni-Investment International Corp. <sup>(1)</sup>
Kinea Investimentos Ltda.	Unión Capital Afap S.A.
LCPAR Holding Ltda.	Universo Fundo de Investimento em Participações <sup>(1)</sup>
Licania Fund Limited <sup>(1)</sup>	

<sup>(1)</sup> Instituições que compõem Consolidado Prudencial

## Lista das Instituições relevantes

O ativo total, patrimônio líquido e segmento de atuação das empresas consideradas relevantes, inclusive as sujeitas a ponderação de risco para fins de requerimento de capital, são apresentados a seguir:

### Empresas consideradas relevantes

R\$ milhões

Empresas	País	Segmento	31/03/2015		31/12/2014	
			Ativo total	Pat. Líquido	Ativo total	Pat. Líquido
Banco Itaú Argentina S.A. <sup>(1)</sup>	Argentina	Instituição Financeira	6.209	703	5.270	596
Banco Itaú BBA S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	6.279	5.893	6.321	5.685
Banco Itaú BMG Consignado S.A. <sup>(2)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	46.971	2.151	43.103	1.349
Banco Itaú Chile <sup>(1)</sup>	Chile	Instituição Financeira	40.478	3.771	33.905	3.134
Banco Itaú Paraguay S.A. <sup>(1)</sup>	Paraguai	Instituição Financeira	11.042	1.397	9.160	1.261
Banco Itaú Suisse S.A. <sup>(1)</sup>	Suíça	Instituição Financeira	4.840	584	3.821	458
Banco Itaú Uruguay S.A. <sup>(1)</sup>	Uruguai	Instituição Financeira	13.475	1.094	10.447	894
Banco Itaucard S.A. <sup>(3)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	123.034	19.664	153.509	19.277
Banco Itauleasing S.A. <sup>(3)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	10.265	9.752	41.805	40.504
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	4.169	841	4.568	933
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil <sup>(1)</sup>	Brasil	Arrendamento Mercantil	150.805	3.197	152.992	3.065
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento <sup>(1)</sup>	Brasil	Sociedade de Crédito	3.796	978	3.893	915
Hipercard Banco Múltiplo S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	8.141	3.627	8.442	3.458
Itau Bank, Ltd. <sup>(1)</sup>	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	28.137	2.913	33.607	2.259
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera <sup>(1)</sup>	Colômbia	Instituição Financeira	474	398	411	364
Itaú BBA International PLC <sup>(1)</sup>	Reino Unido	Instituição Financeira	22.105	3.184	16.291	2.618
Itaú BBA USA Securities Inc. <sup>(1)</sup>	Estados Unidos	Corretora de Valores	7.741	1.446	6.515	1.221
Itaú BMG Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	207	74	199	72
Itaú Corretora de Valores S.A. <sup>(3)</sup>	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	5.475	2.745	5.192	2.512
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	12.159	5.817	14.195	6.561
Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento <sup>(1)(2)</sup>	Brasil	Sociedade de Crédito	-	-	4.330	3.756
Itaú Unibanco S.A. <sup>(1)</sup>	Brasil	Instituição Financeira	1.185.732	51.699	1.148.099	51.498
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	114.424	5.202	111.445	5.608
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento <sup>(3)</sup>	Brasil	Sociedade de Crédito	4.476	561	4.611	599
Redecard S.A. - REDE <sup>(1)</sup>	Brasil	Adquirente	45.176	13.074	48.437	12.689

<sup>(1)</sup> Instituições que compõem o Consolidado Prudencial

<sup>(2)</sup> Empresa incorporada em 31.01.2015 pelo Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA Participações S.A.

## 4 Participações societárias

### 4.1 Participações Societárias não classificadas na carteira de negociação

As Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco e de suas Controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com as normas do CMN, BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando estas não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN.

As participações permanentes em outras empresas, exceto aquelas tratadas pelo valor patrimonial (método de equivalência patrimonial – MEP), quando representam intenção de permanência, são classificadas no Ativo Permanente e avaliadas pelo custo de aquisição (método de custo). Os investimentos avaliados pelo método de custo são mantidos pelo seu valor histórico, ou seja, por quanto a empresa pagou para adquiri-los. Os lucros ou prejuízos apurados pela sociedade investida não são contabilizados na sociedade investidora, exceto relacionado aos dividendos decorrentes dos lucros obtidos, quando são distribuídos.

As participações em outras empresas quando não representam intenção de permanência, são classificadas em Títulos e Valores Mobiliários e, de acordo com a designação definida em conformidade com as estratégias da Administração, são reconhecidas pelo seu valor justo, em outros resultados abrangentes.

Em observância às características qualitativas de informações financeiras úteis, o Itaú Unibanco aplica suas políticas, substancialmente, de forma sistemática, garantido assim, a consistência e a comparabilidade das suas informações, excetuando-se quando determinado por órgãos reguladores, através de alteração normativa.

No 1º trimestre de 2015, não ocorreram alterações significativas em políticas relacionadas à participações societárias.

Para maiores informações sobre as políticas contábeis do Itaú Unibanco, consultar a Nota 4 – Resumo das Principais Práticas Contábeis, das Demonstrações Contábeis Consolidadas que pode ser visualizada no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri).

Abaixo, o valor referente às participações societárias não classificadas na carteira de negociação que compreende os investimentos registrados no ativo permanente, à exceção dos investimentos tratados pelo método de equivalência patrimonial, e os investimentos em ações, classificados em Títulos e Valores Mobiliários não classificados na carteira de negociação.

#### Participações Societárias Não Classificadas na Carteira de Negociação

R\$ milhões

	Prudencial	Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>Valor contábil</b>	<b>856,3</b>	<b>860,2</b>	<b>679,9</b>
Capital Aberto	103,2	105,4	76,4
Capital Fechado	753,1	754,8	603,5
<b>Valor justo</b>	<b>966,6</b>	<b>969,2</b>	<b>810,6</b>
Capital Aberto	206,0	206,9	204,9
Capital Fechado	760,6	762,2	605,6
<b>Ganhos ou Perdas decorrentes de Participações Societárias</b>	<b>(0,0)</b>	<b>0,7</b>	<b>(2,4)</b>
Ganhos ou Perdas reconhecidos e não realizados	(249,5)	(228,1)	(218,9)
Ganhos ou Perdas não reconhecidos e não realizados	107,9	106,7	130,7

O Capital requerido para participações societárias não classificadas na carteira de negociação segundo os critérios descritos no parágrafo acima foi de R\$ 84 milhões no primeiro trimestre de 2015.

### 5 Risco de Crédito

#### 5.1 Estrutura e Tratamento

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

O Itaú Unibanco conta com uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito que estabelece limites, mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, concentrações de carteira e os impactos de mudanças potenciais no ambiente econômico. É feito o monitoramento contínuo da carteira da instituição e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e legislação em vigor em cada país.

A gestão do risco de crédito do Itaú Unibanco é responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. Dentre as principais atribuições das Unidades de Negócio tem-se:

- Acompanhar e monitorar as carteiras sob suas responsabilidades;
- Conceder crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, as mudanças em mercados e produtos e os efeitos de concentração setorial e geográfica; e
- Gerir o risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O Itaú Unibanco possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao Conselho de Administração ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco, que atuam primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando as ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação dos normativos institucionais referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

O controle centralizado do risco de crédito é realizado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos, segregada das unidades de negociação, conforme exigido pela regulamentação vigente. Com relação aos processos de controle de risco de crédito, a área centralizada de controle de riscos possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Monitorar e controlar o desempenho das carteiras de crédito, tendo em vista os limites aprovados pela Alta Administração;
- Realizar o controle centralizado do risco de crédito, segregado das unidades de negociação;
- Gerenciar o processo de elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias;
- Monitorar a adequação do nível de Patrimônio de Referência com relação ao risco de crédito assumido;
- Avaliar o risco de crédito das operações nas alçadas delegadas pelas comissões de crédito.

O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita ao Itaú Unibanco identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do Itaú Unibanco garante a sincronização das ações de crédito.

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Adicionalmente, a avaliação do risco tanto nos segmentos de varejo quanto no segmento de atacado incorporam o endividamento do cliente no Itaú e no mercado.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo Itaú Unibanco de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

O Itaú Unibanco controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

O Itaú Unibanco também dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que o risco país seja gerido e controlado destacando-se: (i) governança de risco país, (ii) definição de *ratings* para países, (iii) definição de limite para países, (iv) monitoramento dos limites e (v) tratamento de desenquadramentos.

Em linha com os princípios da Resolução 3.721 do CMN, o Itaú Unibanco possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito pode ser visualizado no *site* [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito.

## 5.2 Análise da Carteira de Crédito

## Evolução da Carteira de Crédito

As informações apresentadas nas tabelas seguintes permitem a análise da carteira de crédito e seu comportamento sob diversas óticas: operações com características de concessão de crédito segregadas por país, por região geográfica, por setor econômico e por tipo de produto, prazo a decorrer das operações, concentração da carteira de crédito nos maiores devedores, além do montante das operações em atraso e montante das provisões.

## Operações com Características de Concessão de Crédito por País e por Região Geográfica do Brasil

Operações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> no Brasil: Exposição

R\$ milhões

	Prudencial							Operacional
	31/03/2015							31/12/2014
	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Brasil	Brasil	
<b>Pessoa Física</b>	<b>124.752</b>	<b>22.199</b>	<b>8.114</b>	<b>30.657</b>	<b>13.565</b>	<b>199.287</b>	<b>201.658</b>	
Crédito Rural	190	29	-	1	8	228	232	
Imobiliário	25.015	1.990	293	1.294	1.371	29.963	29.256	
Consignado	23.952	5.272	3.762	8.541	3.987	45.514	39.968	
Veículos e Arrendamento Mercantil	14.327	3.928	1.148	3.003	2.531	24.937	27.841	
Cartão de Crédito	38.030	7.704	2.318	15.961	3.775	67.788	73.957	
Avais e Fianças	596	38	2	13	54	703	551	
Crédito Pessoal (Outros)	22.642	3.238	591	1.844	1.839	30.154	29.853	
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>259.213</b>	<b>21.825</b>	<b>2.373</b>	<b>9.709</b>	<b>6.084</b>	<b>299.204</b>	<b>307.423</b>	
Crédito Rural	4.154	3.088	14	216	411	7.883	8.033	
Investimento	63.264	7.783	1.132	4.394	2.586	79.159	76.638	
Importação e Exportação	24.734	1.210	185	422	226	26.777	25.357	
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	92.449	8.883	967	4.286	2.600	109.185	124.207	
Avais e Fianças	72.640	498	31	202	117	73.488	70.389	
Outros	1.972	363	44	189	144	2.712	2.799	
<b>Total</b>	<b>383.965</b>	<b>44.024</b>	<b>10.487</b>	<b>40.366</b>	<b>19.649</b>	<b>498.491</b>	<b>509.081</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidosos

Operações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> por País: Exposição

R\$ milhões

	Prudencial											Operacional
	31/03/2015											31/12/2014
	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	Estados Unidos	Paraguai	Reino Unido	Suíça	Uruguai	Outros	Total	Total
<b>Pessoa Física</b>	<b>199.287</b>	<b>1.415</b>	<b>16.465</b>	-	-	<b>2.898</b>	-	-	<b>2.080</b>	-	<b>222.145</b>	<b>218.116</b>
Crédito Rural	228	-	-	-	-	-	-	-	-	-	228	232
Imobiliário	29.963	2	8.612	-	-	162	-	-	207	-	38.946	36.739
Consignado	45.514	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.514	39.968
Veículos e Arrendamento Mercantil	24.937	-	-	-	-	173	-	-	-	-	25.110	27.992
Cartão de Crédito	67.788	1.017	1.292	-	-	849	-	-	1.306	-	72.252	77.443
Avais e Fianças	703	-	83	-	-	1	-	-	9	-	796	627
Crédito Pessoal (Outros)	30.154	396	6.478	-	-	1.713	-	-	558	-	39.299	35.115
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>299.204</b>	<b>3.186</b>	<b>21.285</b>	<b>367</b>	<b>3.340</b>	<b>4.012</b>	<b>10.407</b>	<b>2.200</b>	<b>4.692</b>	<b>80</b>	<b>348.773</b>	<b>350.347</b>
Crédito Rural	7.883	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.883	8.033
Investimento	79.159	3	2.246	-	-	11	29	-	88	-	81.536	78.702
Importação e Exportação	26.777	244	379	-	3.100	-	2.808	2.138	-	-	35.446	32.247
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	109.185	2.849	16.631	367	-	3.902	7.322	-	4.408	50	144.714	155.123
Avais e Fianças	73.488	90	2.029	-	240	98	248	62	196	30	76.481	73.442
Outros	2.712	-	-	-	1	-	-	-	1	-	2.713	2.800
<b>Total</b>	<b>498.491</b>	<b>4.601</b>	<b>37.750</b>	<b>367</b>	<b>3.340</b>	<b>6.910</b>	<b>10.407</b>	<b>2.200</b>	<b>6.772</b>	<b>80</b>	<b>570.918</b>	<b>568.463</b>

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidosos

Operações com Características de Concessão de Crédito <sup>(1)</sup> no Brasil: Exposição Média no Trimestre

R\$ milhões

	Prudencial							Operacional
	31/03/2015							31/12/2014
	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Brasil	Brasil	
<b>Pessoa Física</b>	<b>124.277</b>	<b>22.162</b>	<b>8.029</b>	<b>30.582</b>	<b>13.511</b>	<b>198.561</b>	<b>198.278</b>	
Crédito Rural	192	29	-	2	8	231	219	
Imobiliário	24.420	1.946	282	1.281	1.349	29.278	28.617	
Consignado	22.966	5.034	3.576	8.058	3.839	43.473	37.897	
Veículos e Arrendamento Mercantil	14.996	4.088	1.210	3.136	2.644	26.074	28.881	
Cartão de Crédito	38.633	7.822	2.373	16.280	3.806	68.914	71.438	
Avais e Fianças	637	38	3	13	57	748	545	
Crédito Pessoal (Outros)	22.433	3.205	585	1.812	1.808	29.843	30.681	
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>257.500</b>	<b>22.289</b>	<b>2.527</b>	<b>9.797</b>	<b>6.122</b>	<b>298.234</b>	<b>303.279</b>	
Crédito Rural	4.229	3.220	10	210	316	7.985	7.912	
Investimento	63.457	7.945	1.154	4.487	2.676	79.719	75.942	
Importação e Exportação	23.645	1.162	313	420	240	25.779	24.676	
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	92.510	9.097	974	4.269	2.617	109.467	120.122	
Avais e Fianças	71.712	484	28	214	122	72.560	71.544	
Outros	1.947	381	48	197	151	2.724	3.083	
<b>Total</b>	<b>381.777</b>	<b>44.451</b>	<b>10.556</b>	<b>40.379</b>	<b>19.633</b>	<b>496.795</b>	<b>501.557</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidosos

## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

Operações com Características de Concessão de Crédito<sup>(1)</sup> por País: Exposição Média no Trimestre

	Prudencial											Operacional	
	31/03/2015											31/12/2014	
	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	Estados Unidos	Paraguai	Reino Unido	Suíça	Uruguai	Outros	Total	Total	
<b>Pessoa Física</b>	<b>198.561</b>	<b>1.283</b>	<b>13.755</b>	-	-	<b>2.659</b>	-	-	<b>1.971</b>	-	<b>218.229</b>	<b>213.839</b>	
Crédito Rural	231	-	-	-	-	-	-	-	-	-	231	219	
Imobiliário	29.278	2	7.892	-	-	148	-	-	191	-	37.511	35.673	
Consignado	43.473	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.473	37.897	
Veículos e Arrendamento Mercantil	26.074	-	-	-	-	162	-	-	-	-	26.236	29.029	
Cartão de Crédito	68.914	913	1.029	-	-	788	-	-	1.245	-	72.889	74.659	
Avais e Fianças	748	-	76	-	-	-	-	-	8	-	832	618	
Crédito Pessoal (Outros)	29.843	368	4.758	-	-	1.561	-	-	527	-	37.057	35.744	
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>298.234</b>	<b>2.891</b>	<b>21.983</b>	<b>329</b>	<b>3.091</b>	<b>3.736</b>	<b>9.342</b>	<b>2.056</b>	<b>4.369</b>	<b>73</b>	<b>346.104</b>	<b>344.000</b>	
Crédito Rural	7.985	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.985	7.912	
Investimento	79.719	3	2.093	-	-	11	28	-	86	-	81.940	77.906	
Importação e Exportação	25.779	220	189	-	2.853	-	2.517	2.000	-	-	33.558	30.922	
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	109.467	2.593	17.785	329	-	3.637	6.545	-	4.110	46	144.512	149.728	
Avais e Fianças	72.560	75	1.916	-	238	87	252	56	173	27	75.384	74.448	
Outros	2.724	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2.725	3.084	
<b>Total</b>	<b>496.795</b>	<b>4.174</b>	<b>35.738</b>	<b>329</b>	<b>3.091</b>	<b>6.395</b>	<b>9.342</b>	<b>2.056</b>	<b>6.340</b>	<b>73</b>	<b>564.333</b>	<b>557.839</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidosos

## Operações com Características de Concessão de Crédito por Setor Econômico

A composição da carteira de crédito por setor econômico é apresentada abaixo:

Operações com Características de Concessão de Crédito<sup>(1)</sup> - Exposição

Pessoa Física	Prudencial								Operacional	
	31/03/2015								31/12/2014	
	Crédito Rural	Imobiliário	Consignado	Veículos e Arrendamento Mercantil	Cartão de Crédito	Avais e Fianças	Crédito Pessoal (Outros)	Total Geral	Total Geral	
<b>Total Geral</b>	<b>228</b>	<b>38.946</b>	<b>45.514</b>	<b>25.110</b>	<b>72.252</b>	<b>796</b>	<b>39.299</b>	<b>222.145</b>	<b>218.116</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidosos

Operações com Características de Concessão de Crédito<sup>(1)</sup> - Exposição

Pessoa Jurídica	Prudencial														Operacional	
	31/03/2015														31/12/2014	
	Crédito Rural		Investimento		Importação e exportação		Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida		Avais e Fianças		Outros		Total Geral		Total Geral	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
<b>Sector Público</b>	-	0,0%	1.920	0,6%	130	0,0%	3.503	1,0%	1.491	0,4%	-	0,0%	7.044	2,0%	6.402	1,8%
ENERGIA	-	0,0%	14	0,0%	-	0,0%	140	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	154	0,0%	74	0,0%
PETROQUÍMICA & QUÍMICA	-	0,0%	1.820	0,5%	-	0,0%	3.230	0,9%	1.384	0,4%	-	0,0%	6.434	1,8%	5.855	1,7%
DIVERSOS	-	0,0%	86	0,0%	130	0,0%	133	0,0%	107	0,0%	-	0,0%	456	0,1%	473	0,1%
<b>Sector Privado</b>	<b>7.883</b>	<b>2,3%</b>	<b>79.616</b>	<b>22,8%</b>	<b>35.316</b>	<b>10,1%</b>	<b>141.211</b>	<b>40,5%</b>	<b>74.991</b>	<b>21,5%</b>	<b>2.712</b>	<b>0,8%</b>	<b>341.729</b>	<b>98,0%</b>	<b>343.945</b>	<b>98,2%</b>
AÇÚCAR E ALCOOL	726	0,2%	6.055	1,7%	2.869	0,8%	890	0,3%	758	0,2%	114	0,0%	11.412	3,3%	11.729	3,3%
AGRO E FERTILIZANTES	1.799	0,5%	2.274	0,7%	4.951	1,4%	5.953	1,7%	1.885	0,5%	70	0,0%	16.932	4,9%	15.840	4,5%
ALIMENTOS E BEBIDAS	1.123	0,3%	4.246	1,2%	1.976	0,6%	5.032	1,4%	8.168	2,3%	78	0,0%	20.623	5,9%	20.397	5,8%
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	376	0,1%	322	0,1%	3	0,0%	6.354	1,8%	4.134	1,2%	6	0,0%	11.195	3,2%	10.853	3,1%
BENS DE CAPITAL	167	0,0%	3.580	1,0%	1.203	0,3%	3.408	1,0%	2.347	0,7%	77	0,0%	10.782	3,1%	11.476	3,3%
CELULOSE E PAPEL	105	0,0%	886	0,3%	1.208	0,3%	768	0,2%	377	0,1%	8	0,0%	3.352	1,0%	3.113	0,9%
ELETROELETRÔNICOS & TI	1	0,0%	823	0,2%	333	0,1%	2.942	0,8%	2.638	0,8%	100	0,0%	6.837	2,0%	6.755	1,9%
EMBALAGENS	31	0,0%	598	0,2%	468	0,1%	1.242	0,4%	622	0,2%	95	0,0%	3.056	0,9%	3.120	0,9%
ENERGIA & SANEAMENTO	-	0,0%	3.651	1,0%	7	0,0%	3.399	1,0%	5.913	1,7%	2	0,0%	12.972	3,7%	15.015	4,3%
ENSINO	8	0,0%	255	0,1%	1	0,0%	1.265	0,4%	785	0,2%	29	0,0%	2.343	0,7%	2.277	0,6%
FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	-	0,0%	497	0,1%	422	0,1%	3.550	1,0%	2.787	0,8%	72	0,0%	7.328	2,1%	7.290	2,1%
IMOBILIÁRIO	12	0,0%	16.592	4,8%	19	0,0%	7.010	2,0%	1.601	0,5%	117	0,0%	25.351	7,3%	27.227	7,8%
LAZER & TURISMO	2	0,0%	499	0,1%	33	0,0%	3.245	0,9%	463	0,1%	126	0,0%	4.368	1,3%	4.477	1,3%
MADEIRA & MÓVEIS	76	0,0%	805	0,2%	317	0,1%	1.787	0,5%	179	0,1%	53	0,0%	3.217	0,9%	3.072	0,9%
MAT CONSTRUÇÃO	2	0,0%	1.938	0,6%	496	0,1%	3.445	1,0%	1.872	0,5%	68	0,0%	7.821	2,2%	7.649	2,2%
METALURGIA/SIDERURGIA	40	0,0%	2.911	0,8%	2.228	0,6%	5.406	1,6%	2.394	0,7%	164	0,0%	13.143	3,8%	11.796	3,4%
MÍDIA	-	0,0%	807	0,2%	96	0,0%	469	0,1%	730	0,2%	16	0,0%	2.118	0,6%	2.197	0,6%
MINERAÇÃO	-	0,0%	1.206	0,3%	644	0,2%	2.872	0,8%	3.664	1,1%	12	0,0%	8.398	2,4%	9.247	2,6%
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	-	0,0%	1.409	0,4%	994	0,3%	2.272	0,7%	2.060	0,6%	81	0,0%	6.816	2,0%	6.068	1,7%
PETRÓLEO & GÁS <sup>(2)</sup>	6	0,0%	677	0,2%	463	0,1%	3.554	1,0%	1.533	0,4%	39	0,0%	6.272	1,8%	5.780	1,6%
PETROQUÍMICA & QUÍMICA	268	0,1%	1.646	0,5%	1.509	0,4%	3.895	1,1%	2.579	0,7%	172	0,0%	10.069	2,9%	9.292	2,7%
SAÚDE	-	0,0%	675	0,2%	52	0,0%	1.486	0,4%	524	0,2%	26	0,0%	2.763	0,8%	2.806	0,8%
SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3	0,0%	104	0,0%	-	0,0%	107	0,0%	74	0,0%
TELECOMUNICAÇÕES	-	0,0%	659	0,2%	-	0,0%	841	0,2%	9.009	2,6%	7	0,0%	10.516	3,0%	10.375	3,0%
VESTUÁRIO & CALÇADOS	110	0,0%	1.105	0,3%	777	0,2%	2.948	0,8%	519	0,1%	95	0,0%	5.554	1,6%	5.445	1,6%
TRADINGS	28	0,0%	169	0,0%	729	0,2%	980	0,3%	337	0,1%	21	0,0%	2.264	0,6%	2.371	0,7%
TRANSPORTES	9	0,0%	10.095	2,9%	814	0,2%	5.296	1,5%	2.172	0,6%	249	0,1%	18.635	5,3%	19.152	5,5%
UTILIDADES DOMÉSTICAS	-	0,0%	189	0,1%	207	0,1%	1.951	0,6%	625	0,2%	25	0,0%	2.997	0,9%	3.371	1,0%
VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	1	0,0%	6.208	1,8%	3.990	1,1%	6.397	1,8%	6.293	1,8%	142	0,0%	23.031	6,6%	21.571	6,2%
TERCEIRO SETOR	-	0,0%	28	0,0%	1	0,0%	3.533	1,0%	35	0,0%	3	0,0%	3.600	1,0%	3.073	0,9%
EDITORIAL E GRÁFICO	-	0,0%	174	0,0%	28	0,0%	800	0,2%	235	0,1%	54	0,0%	1.291	0,4%	1.267	0,4%
COMÉRCIO - DIVERSOS	20	0,0%	1.442	0,4%	658	0,2%	12.577	3,6%	2.756	0,8%	297	0,1%	17.750	5,1%	17.220	4,9%
INDÚSTRIA - DIVERSOS	14	0,0%	137	0,0%	4.965	1,4%	3.903	1,1%	225	0,1%	7	0,0%	9.251	2,7%	8.394	2,4%
SERVIÇOS - DIVERSOS	68	0,0%	2.609	0,7%	2.510	0,7%	21.988	6,3%	2.331	0,7%	239	0,1%	29.745	8,5%	32.656	9,3%
DIVERSOS	2.891	0,8%	4.449	1,3%	345	0,1%	9.750	2,8%	2.337	0,7%	48	0,0%	19.820	5,7%	21.500	6,1%
<b>Total Geral</b>	<b>7.883</b>	<b>2,3%</b>	<b>81.536</b>	<b>23,4%</b>	<b>35.446</b>	<b>10,2%</b>	<b>144.714</b>	<b>41,5%</b>	<b>76.482</b>	<b>21,9%</b>	<b>2.712</b>	<b>0,8%</b>	<b>348.773</b>	<b>100,0%</b>	<b>350.347</b>	<b>100,0%</b>

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais, fianças e compromissos de crédito e são líquidos de provisão para devedores duvidosos

<sup>(2)</sup> Contempla comércio de combustíveis.

## Prazo a decorrer das operações

A seguir, o prazo a decorrer das operações de risco de crédito detalhado pelos principais produtos:

Prazo a decorrer das operações <sup>(1)</sup>

R\$ milhões

	Prudencial				Operacional			
	31/03/2015				31/12/2014			
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos
<b>Pessoa Física</b>	<b>60.606</b>	<b>5.786</b>	<b>64.247</b>	<b>58.623</b>	<b>67.036</b>	<b>5.773</b>	<b>67.275</b>	<b>49.684</b>
Crédito Rural	73	45	94	12	28	91	99	13
Imobiliário	327	22	865	37.712	343	43	840	35.556
Consignado	254	713	25.209	19.377	210	615	26.056	13.019
Veículos e Arrendamento Mercantil	833	2.422	21.869	7	811	2.723	24.408	5
Cartão de crédito	51.694	-	-	-	58.414	-	-	-
Avais e Fianças	130	158	205	305	238	139	151	99
Crédito Pessoal (Outros)	7.295	2.426	16.005	1.210	6.992	2.162	15.721	992
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>82.443</b>	<b>33.526</b>	<b>116.382</b>	<b>93.538</b>	<b>85.520</b>	<b>30.819</b>	<b>116.944</b>	<b>84.699</b>
Crédito Rural	3.776	2.213	1.433	267	3.623	2.664	1.463	270
Investimento	4.251	7.256	42.992	17.994	3.751	6.289	43.698	18.502
Importação e Exportação	13.422	5.360	13.732	2.910	12.635	3.699	13.092	2.862
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	52.513	11.607	44.838	23.093	55.412	11.123	46.037	16.625
Avais e Fianças	8.325	6.949	11.348	48.895	9.819	6.888	10.450	46.285
Outros	156	141	2.039	379	280	156	2.204	155
<b>Total</b>	<b>143.049</b>	<b>39.312</b>	<b>180.629</b>	<b>152.161</b>	<b>152.556</b>	<b>36.592</b>	<b>184.219</b>	<b>134.383</b>

<sup>(1)</sup> Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura

## Concentração da Carteira de Crédito nos Maiores Devedores

Concentração das Operações com Características de Concessão de Crédito nos Maiores Devedores

R\$ milhões

	Prudencial		Operacional			
	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira
	31/03/2015		31/12/2014		31/03/2014	
<b>Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos <sup>(1)</sup></b>						
Maior Devedor	6.094	1,1%	5.324	1,0%	4.879	1,0%
10 Maiores Devedores	35.185	6,5%	32.788	6,2%	30.166	6,3%
20 Maiores Devedores	55.535	10,2%	53.209	10,1%	47.668	9,9%
50 Maiores Devedores	90.945	16,7%	88.485	16,8%	78.944	16,4%
100 Maiores Devedores	123.307	22,7%	118.679	22,6%	106.622	22,2%

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais e fianças. Não incluem compromissos de crédito.

Concentração das Operações com Características de Concessão de Crédito nos Maiores Devedores

R\$ milhões

	Prudencial		Operacional			
	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira
	31/03/2015		31/12/2014		31/03/2014	
<b>Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários de Empresas e Instituições Financeiras <sup>(1)</sup></b>						
Maior Devedor	6.244	1,0%	5.507	0,9%	5.048	0,9%
10 Maiores Devedores	45.367	7,1%	41.262	6,8%	39.242	7,1%
20 Maiores Devedores	75.807	11,8%	68.924	11,3%	63.694	11,6%
50 Maiores Devedores	128.732	20,1%	119.972	19,7%	106.758	19,4%
100 Maiores Devedores	173.826	27,1%	160.805	26,5%	142.867	26,0%

<sup>(1)</sup> Os valores incluem avais e fianças. Não incluem compromissos de crédito.



## Operações em Atraso

A seguir, detalhamento do montante das operações em atraso:

## Montante das Operações em Atraso: Países e Regiões

R\$ milhões

	Prudencial					Operacional				
	31/03/2015					31/12/2014				
	15 e 60 dias	61 e 90 dias	91 e 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	15 e 60 dias	61 e 90 dias	91 e 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Sudeste	5.996	2.155	3.737	4.233	702	5.305	1.544	3.389	4.760	429
Sul	1.102	324	683	781	90	1.051	338	647	863	109
Norte	332	92	224	216	14	357	91	178	230	21
Nordeste	930	335	703	999	53	858	293	706	1.088	75
Centro-Oeste	629	196	367	444	29	568	178	344	462	42
Brasil	8.989	3.102	5.714	6.673	888	8.139	2.444	5.264	7.403	676
Exterior	964	129	230	193	105	642	99	381	148	98
<b>Total Geral</b>	<b>9.953</b>	<b>3.231</b>	<b>5.944</b>	<b>6.866</b>	<b>993</b>	<b>8.781</b>	<b>2.543</b>	<b>5.645</b>	<b>7.551</b>	<b>774</b>

## Montante das Operações em Atraso: Setor Econômico

R\$ milhões

	Prudencial					Operacional				
	31/03/2015					31/12/2014				
	15 e 60 dias	61 e 90 dias	91 e 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	15 e 60 dias	61 e 90 dias	91 e 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Setor Público	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-
Setor Privado	9.953	3.231	5.944	6.864	993	8.781	2.543	5.645	7.550	774
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>3.362</b>	<b>1.286</b>	<b>1.979</b>	<b>2.037</b>	<b>629</b>	<b>2.929</b>	<b>681</b>	<b>1.693</b>	<b>2.259</b>	<b>361</b>
Indústria e Comércio	1.780	503	883	1.168	156	918	367	977	1.246	172
Serviços	1.344	727	948	799	386	1.712	267	659	868	103
Primário	213	53	141	63	84	289	44	52	140	84
Outros	25	3	7	7	3	10	3	5	5	2
<b>Pessoa Física</b>	<b>6.591</b>	<b>1.945</b>	<b>3.965</b>	<b>4.827</b>	<b>364</b>	<b>5.852</b>	<b>1.862</b>	<b>3.952</b>	<b>5.291</b>	<b>413</b>
<b>Total Geral</b>	<b>9.953</b>	<b>3.231</b>	<b>5.944</b>	<b>6.866</b>	<b>993</b>	<b>8.781</b>	<b>2.543</b>	<b>5.645</b>	<b>7.551</b>	<b>774</b>

## Provisões para Devedores Duvidosos

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, o Itaú Unibanco considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso, definindo o volume de provisionamento regulatório.

O Itaú Unibanco constitui provisão complementar à mínima requerida pelo BACEN, visando a garantir que o nível de provisionamento seja compatível ao modelo de perda esperada adotado na gestão de risco de crédito da instituição, baseado em modelos internos de mensuração de risco de crédito. Essa provisão é normalmente quantificada em função do comportamento histórico das carteiras de crédito, baseando-se na exposição, probabilidade de *default* e recuperação esperada em caso de *default* das operações.

## Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no Trimestre

R\$ milhões

	Prudencial				Operacional			
	31/03/2015				31/12/2014			
	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Write-Off	Saldo Final	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Write-Off	Saldo Final
Setor Público	(6)	-	-	(6)	(4)	(3)	-	(7)
Setor Privado	(26.465)	(5.355)	3.933	(27.887)	(25.202)	(5.734)	4.026	(26.910)
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>(11.451)</b>	<b>(2.541)</b>	<b>1.194</b>	<b>(12.798)</b>	<b>(9.349)</b>	<b>(2.946)</b>	<b>3.335</b>	<b>(8.960)</b>
Indústria e Comércio	(4.450)	(1.289)	692	(5.047)	(5.087)	28	515	(4.544)
Serviços	(6.471)	(817)	385	(6.903)	(3.773)	(2.958)	2.568	(4.163)
Primário	(508)	(429)	115	(822)	(436)	(47)	257	(226)
Outros PJ	(22)	(6)	2	(26)	(53)	31	(5)	(27)
<b>Pessoa Física</b>	<b>(15.014)</b>	<b>(2.814)</b>	<b>2.739</b>	<b>(15.089)</b>	<b>(15.853)</b>	<b>(2.788)</b>	<b>691</b>	<b>(17.950)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>(26.471)</b>	<b>(5.355)</b>	<b>3.933</b>	<b>(27.893)</b>	<b>(25.206)</b>	<b>(5.737)</b>	<b>4.026</b>	<b>(26.917)</b>

### Instrumentos Mitigadores

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Existem normativos institucionais e políticas de crédito que regem a utilização das garantias.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco, é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

As garantias utilizadas podem gerar impactos em mitigação de risco. Nas garantias fidejussórias e na compra de proteção através de derivativos de crédito, o impacto se dá através da substituição dos parâmetros de risco do tomador pelos do garantidor. Gerencialmente, nas garantias reais e nas estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas em conjunto pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito.

Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito, tais como *CDS* único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

A tabela abaixo apresenta o valor total mitigado pelos instrumentos mitigadores de risco de crédito, conforme definido no parágrafo 3º do artigo 36 da Circular 3.644 do BACEN.

Vale ressaltar que as operações de crédito garantidas por imóvel ou hipoteca em 1º grau de imóvel residencial são consideradas na definição dos ponderadores na apuração do RWA.

#### Valor Total Mitigado

*R\$ milhões*

	Prudencial	Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
<b>Depósitos a vista, a prazo, de poupança e letras financeiras de emissão própria</b>	<b>306.757</b>	<b>308.239</b>	<b>278.344</b>
FPR 0%	306.757	308.239	278.344
<b>Títulos</b>	<b>20.726</b>	<b>42.530</b>	<b>3.532</b>
FPR 0%	20.726	42.530	3.265
FPR 20%	-	-	268
<b>Garantias Fidejussórias</b>	<b>34.257</b>	<b>30.774</b>	<b>407</b>
FPR 0%	3.109	2.646	-
FPR 50%	31.149	28.128	407

### Risco de Crédito da Contraparte

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito da contraparte como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos. Adicionalmente, o Itaú Unibanco considera o risco de deterioração da qualidade creditícia da contraparte incluído no risco de contraparte.

A estrutura do Itaú Unibanco para gestão, monitoramento e controle do risco de crédito da contraparte, quando advindo de instrumentos financeiros derivativos e demais instrumentos financeiros complexos, bem como nas operações com indexadores pós-fixados, está inserida na estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte. Conforme circular 3.644, para o cálculo da exposição global líquida ao risco de crédito de contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos, considera-se a aplicação do Fator de Exposição Potencial Futura (FEPF). No caso de operações a liquidar, considera-se a aplicação do Fator de Conversão de Crédito de Operações a Liquidar (FCL). A aplicação destes fatores reduz a exposição final das operações sujeitas ao risco de crédito de contraparte.

#### Nocional dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

	Prudencial		Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	30/09/2014	
<b>Valor Nocional</b>	<b>1.818.580</b>	<b>1.582.323</b>	<b>1.612.461</b>	R\$ milhões
Liquidados em Sistema de Liquidação (Bolsa) <sup>(1)</sup>	477.038	359.916	434.622	
Não Liquidados em Sistema de Liquidação (Balcão)	1.341.541	1.222.407	1.177.838	
Com Garantia	499.556	507.606	475.002	
Sem Garantia	841.985	714.800	702.836	

<sup>(1)</sup> valores relativos a contratos liquidados em sistema de liquidação de câmara de compensação e de liquidação nos quais a câmara atue como contraparte central

As tabelas a seguir apresentam o valor positivo bruto e o valor das garantias dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte.

#### Valor Positivo Bruto dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

	Prudencial		Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	30/09/2014	
<b>Valor Positivo Bruto Total</b>	<b>547.330</b>	<b>536.891</b>	<b>506.662</b>	R\$ milhões
Compromissadas	507.735	513.208	483.498	
Outros	39.595	23.683	23.165	

#### Garantias dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

	Prudencial		Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	30/09/2014	
Valor Bruto das garantias	499.556	507.606	475.002	R\$ milhões

A tabela a seguir apresenta a exposição global líquida ao risco de crédito de contraparte, calculada conforme critérios da Circular 3.644, aplicando-se os fatores FEPF e FCL, conforme mencionado acima.

#### Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

	Prudencial		Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	30/09/2014	
Exposição Global Líquida ao Risco de Crédito de Contraparte	40.458	32.376	30.943	R\$ milhões

**Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros**

A aquisição de ativos financeiros obedece às mesmas políticas e à mesma governança de crédito estabelecida para as carteiras originadas no Itaú Unibanco, onde as decisões são pautadas pela avaliação objetiva do risco de crédito dos devedores. As aquisições de ativos financeiros podem ter por objetivo o aumento da diversificação da carteira de crédito ou o atendimento a demandas de clientes por liquidez. Já a venda e transferência de ativos financeiros têm como objetivos atender à demanda de investidores por ativos de crédito e ser um instrumento de gestão do risco de crédito da carteira.

As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não dos riscos e benefícios.

Desde janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução 3.533 do CMN e normatizações complementares, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

**Venda ou Transferência de Ativos Financeiros**

R\$ milhões

	Prudencial	Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
<b>Operações cedidas com coobrigação que estejam registradas em contas de compensação</b>	<b>208</b>	<b>222</b>	<b>278</b>
<b>Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios</b>	<b>4.799</b>	<b>4.337</b>	<b>3.919</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securizadoras	4.799	4.337	3.919
Instituições Financeiras	-	-	-
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-
<b>Saldo das exposições cedidas sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Venda ou Transferência de Ativos Financeiros**

R\$ milhões

	Prudencial	Operacional			
	1º Trim 2015	4º Tri 2014	3º Tri 2014	2º Tri 2014	1º Tri 2014
<b>Fluxo das exposições cedidas no trimestre com transferência substancial de riscos e benefícios</b>	<b>206</b>	<b>1.248</b>	<b>770</b>	<b>1.517</b>	<b>93</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	25	-	68	-
Securizadoras	173	1.174	607	1.414	93
Instituições Financeiras	33	-	29	35	-
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-	-	-
<b>Outros<sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>49</b>	<b>134</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total das exposições cedidas honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo</b>	<b>175</b>	<b>178</b>	<b>195</b>	<b>139</b>	<b>230</b>

<sup>(1)</sup> Cessão de créditos universitários realizada com o Setor Público

## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

### Aquisição de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	Prudencial	Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
<b>Saldo das exposições adquiridas COM retenção dos riscos e benefícios pelo cedente</b>			
<b>a) Por tipo de exposição</b>	<b>5.124</b>	<b>5.390</b>	<b>2.401</b>
Pessoa Física - Consignado	4	14	246
Pessoa Física - Veículos e Arrendamento Mercantil	3.508	3.274	2.141
Pessoa Jurídica - Empréstimos (CCB)	1.583	2.067	14
Pessoa Jurídica - Outros	29	35	-
<b>b) Por tipo de cedente</b>	<b>5.124</b>	<b>5.390</b>	<b>2.401</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securitizadoras	-	-	-
Instituições Financeiras	5.124	5.390	2.401
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-

### Aquisição de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	Prudencial	Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
<b>Saldo das exposições adquiridas SEM retenção dos riscos e benefícios pelo cedente</b>			
<b>a) Por tipo de exposição</b>	<b>10.530</b>	<b>10.669</b>	<b>6.528</b>
Pessoa Física - Consignado	10.530	10.669	6.528
<b>b) Por tipo de cedente</b>	<b>10.530</b>	<b>10.669</b>	<b>6.528</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securitizadoras	-	-	-
Instituições Financeiras	10.530	10.669	6.528
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-

### Operações de Securitização

O Itaú Unibanco possui em sua carteira títulos e valores mobiliários oriundos de processos de securitização. A carteira é composta por Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), cotas de Fundos de Investimento em Direito Creditórios (FIDC) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Os CRIs são lastreados em recebíveis imobiliários e predominantemente não possuem subordinação. As cotas de FIDC são, em sua maior parcela, seniores, lastreadas por empréstimos e títulos descontados. Os CRAs são lastreados em recebíveis vinculados ao agronegócio.

O Itaú Unibanco trata títulos e valores mobiliários oriundos de processos de securitização conforme a governança de produtos estabelecida, sendo o crédito aprovado nas alçadas competentes. Na tabela seguinte, são apresentados os saldos destas operações.

### Exposições oriundas do Processo de Securitização<sup>(1)</sup>

R\$ milhões

	Prudencial	Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
<b>CRI</b>	<b>16.979</b>	<b>16.071</b>	<b>12.353</b>
<i>Lastro: Financiamento Imobiliário</i>	16.979	16.071	12.353
<i>tranche única</i>	14.561	13.548	9.393
<i>senior</i>	-	-	-
<i>subordinada</i>	2.418	2.523	2.960
<b>CRA</b>	<b>32</b>	<b>53</b>	<b>82</b>
<i>Lastro: Financiamento ao Agronegócio</i>	32	53	82
<i>tranche única</i>	32	53	82
<i>senior</i>	-	-	-
<i>subordinada</i>	-	-	-
<b>FIDC</b>	<b>24</b>	<b>47</b>	<b>160</b>
<i>Lastro: Direitos Creditórios</i>	24	47	160
<i>tranche única</i>	-	-	-
<i>senior</i>	24	47	119
<i>subordinada</i>	-	-	41
<b>Total</b>	<b>17.035</b>	<b>16.171</b>	<b>12.595</b>

<sup>(1)</sup> Securitização Tradicional

A retenção de riscos do Itaú Unibanco segue as diretrizes da Resolução 3.533 do CMN.

A seguir, tem-se o resumo das atividades de securitização no período:

### Atividade de Securitização do Período<sup>(1)</sup>

*R\$ milhões*

Título	Prudencial	Operacional	
	1º Trim 2015	4º Tri 2014	1º Tri 2014
CRI	829	1.380	997
Lastro: Financiamento Imobiliário	829	1.380	997
FIDC	-	-	-
Lastro: Direitos Creditórios	-	-	-
CRA	-	834	-
Lastro: Financiamento ao Agronegócio	-	834	-
<b>Total</b>	<b>829</b>	<b>2.214</b>	<b>997</b>

<sup>(1)</sup> Securitização Tradicional

### Derivativos de Crédito

O Itaú Unibanco compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando a atender às necessidades de seus clientes. Quando o Itaú Unibanco vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o Itaú Unibanco é vendedor de proteção são *credit default swap (CDS)* e *total return swap (TRS)*.

CDS é um derivativo de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos, conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato de TRS, as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (nocial). O Itaú Unibanco acredita que, com base em sua experiência histórica, o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor nocial pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, o Itaú Unibanco não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o Itaú Unibanco atua como vendedor da proteção.

#### Nocial dos Derivativos de Crédito Mantidos na Carteira

*R\$ milhões*

	Prudencial	Operacional	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
<b>Risco Transferido</b>	<b>2.834</b>	<b>2.661</b>	<b>1.811</b>
<i>Credit Default Swap (CDS)</i>	2.834	2.661	1.811
<i>Total Return Swap (TRS)</i>	-	-	-
<b>Risco Recebido</b>	<b>(9.941)</b>	<b>(8.500)</b>	<b>(7.190)</b>
<i>Credit Default Swap (CDS)</i>	(8.405)	(6.829)	(5.767)
<i>Total Return Swap (TRS)</i>	(1.536)	(1.671)	(1.423)
<b>Total</b>	<b>(7.107)</b>	<b>(5.839)</b>	<b>(5.379)</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR) do Risco Recebido</b>	<b>(428)</b>	<b>(360)</b>	<b>(248)</b>

*Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.*

### 6 Risco de Mercado

#### 6.1 Estrutura e Tratamento

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o Itaú Unibanco monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco encontra-se em linha com os princípios da Resolução 3.464 do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do Itaú Unibanco no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no *site* [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do Itaú Unibanco;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado. Este arcabouço de limites cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais) e visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos por órgãos colegiados competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados compostos pela alta administração. O processo de estabelecimento dos níveis de limites segue a governança aprovada por políticas internas do Itaú Unibanco. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do Itaú Unibanco tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Itaú Unibanco.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, análise e reporte de risco às áreas e pessoas relevantes, em situações normais e em estresse, de acordo com a governança estabelecida, além do monitoramento de ações necessárias para reajuste de posições e/ou nível de risco. A área também está envolvida nos processos de aprovação de novos produtos financeiros. Adicionalmente, o Itaú Unibanco conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações



que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados compostos pela alta administração, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo Itaú Unibanco são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo Itaú Unibanco para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco: medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

## 6.2 Análise da Carteira de Mercado

### Risco de taxa de juros na carteira de não negociação

O risco de taxa de juros é a perda potencial associada a variações das mesmas no mercado sobre os descasamentos de indexadores, prazos e entre aplicações e captações. O processo de gerenciamento do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira de não negociação ocorre dentro da governança e hierarquia dos órgãos colegiados e limites aprovados para o gerenciamento do risco de mercado. Adota-se a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, calculando a sensibilidade às variações das taxas de juros, o valor em risco (*VaR*) e efetuam-se testes de estresse em toda a carteira, conforme estabelecido nos normativos institucionais do Itaú Unibanco.

No tratamento de carteiras de empréstimos que apresentam liquidações antecipadas relevantes, o Itaú Unibanco ajusta os vencimentos originais das operações com revisões mensais de seus parâmetros, estimados a partir de suas bases históricas observadas, que aceleram o decaimento dos fluxos de pagamento originalmente contratados para melhor refletir o comportamento esperado de clientes.

Os saldos de produtos que não possuem vencimento definido, como depósitos a vista e cadernetas de poupança, são separados em porções core e non-core, de acordo com estudos estatísticos que analisam seus comportamentos históricos e sazonais. A porção core é distribuída no tempo gerando exposição à variações de taxas de juros, de acordo com metodologias aprovadas internamente.

A tabela abaixo mostra a sensibilidade do valor das posições da carteira de não negociação a mudanças nas curvas de juros, seguindo metodologia e cenários de estresse adotados na gestão do risco desta carteira no Itaú Unibanco para o quarto trimestre de 2014.

#### Sensibilidade das Carteiras de Não Negociação <sup>(1)</sup>

R\$ mil

Exposições		Prudencial		
		31/03/2015		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(4.643)	(1.501.639)	(2.875.175)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	38	(38.565)	(69.906)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(2.438)	(280.084)	(482.396)
TR	Taxa do cupom de TR	578	(143.494)	(308.456)

<sup>(1)</sup> Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros e índices associados;
- Cenário II: Aplicação de choques de 25 por cento nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;
- Cenário III: Aplicação de choques de 50 por cento nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM 475, o Itaú Unibanco realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. Os resultados podem ser visualizados na Nota Explicativa 7j das Demonstrações Contábeis Completas – BRGAAP, disponível no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri).

## Evolução da Carteira de Negociação

A evolução da Carteira de Negociação, detalhada pelos principais fatores de risco, é apresentada a seguir:

### Valor Total da Carteira de Negociação

R\$ milhões

Fatores de Risco	Prudencial		Operacional			
	31/03/2015		31/12/2014		31/03/2014	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	198.263	(169.575)	210.353	(182.630)	247.527	(250.749)
Taxas de Câmbio	152.942	(152.447)	123.089	(120.687)	142.035	(139.651)
Ações	15.885	(15.834)	18.936	(18.947)	13.159	(13.216)
Commodities	74	(54)	23	(25)	114	(4)

## Evolução da Carteira de Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função minimizar os riscos das posições das Carteiras de Não Negociação e de Negociação nos respectivos fatores de risco. A evolução da carteira de derivativos do Itaú Unibanco, apresentada a seguir, está detalhada por grupos de fatores de risco, existência ou não de contraparte central (bolsa ou balcão) e negociação no Brasil ou exterior:

### Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Com Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	Prudencial		Operacional			
	31/03/2015		31/12/2014		31/03/2014	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	230.981	(345.264)	288.018	(368.455)	385.097	(497.864)
Taxas de Câmbio	132.593	(105.109)	80.818	(63.819)	69.935	(61.898)
Ações	3.891	(3.841)	4.021	(3.994)	2.111	(2.065)
Commodities	399	(188)	101	(61)	69	(74)

### Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Sem Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	Prudencial		Operacional			
	31/03/2015		31/12/2014		31/03/2014	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	189.945	(189.951)	164.172	(175.393)	147.072	(158.492)
Taxas de Câmbio	105.120	(136.506)	51.336	(72.681)	40.792	(58.142)
Ações	20.751	(20.905)	20.751	(20.959)	15.497	(15.804)
Commodities	150	(271)	167	(204)	267	(114)

### Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Com Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	Prudencial		Operacional			
	31/03/2015		31/12/2014		31/03/2014	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	26	(437)	82	(3.659)	8	(273)
Taxas de Câmbio	158.121	(157.524)	148.094	(143.097)	140.453	(138.835)
Ações	272	(305)	141	(153)	7	(40)
Commodities	64	(133)	289	(293)	358	(396)

### Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Sem Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	Prudencial		Operacional			
	31/03/2015		31/12/2014		31/03/2014	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	104.344	(105.977)	91.059	(89.343)	60.425	(62.550)
Taxas de Câmbio	424.556	(421.504)	260.641	(261.010)	169.781	(167.330)
Ações	-	(54)	267	(267)	160	(160)
Commodities	-	-	-	-	-	-

**VaR - Consolidado Itaú Unibanco**

O VaR Consolidado do Itaú Unibanco é calculado, predominantemente, através da metodologia por Simulação Histórica. Esta nova metodologia efetua o reapreçamento integral de todas as posições, usando a real distribuição histórica dos ativos.

A tabela de VaR Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do Itaú Unibanco e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: *Itaú BBA International PLC, Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguay S.A., Banco Itaú Paraguay S.A. e Itaú BBA Colombia S.A. – Corporación Financiera*).

**VaR - Itaú Unibanco Holding <sup>(1)</sup>**

<b>VaR por Grupo de Fatores de Risco</b>		<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>30/09/2014</b>
		<i>R\$ milhões</i>		
<b>Itaú Unibanco</b>	Taxas de Juros	166,5	124,8	149,9
	Cupons Cambiais	89,9	83,6	84,6
	Variação Cambial	40,4	26,5	101,7
	Índices de Preços	110,0	115,7	145,2
	Renda Variável	19,2	22,5	26,7
<b>Itaú Unibanco Unidades Externas</b>	Banco Itaú BBA <i>International</i> <sup>(3)</sup>	3,6	1,6	0,8
	Banco Itaú Argentina <sup>(2)</sup>	5,9	1,9	2,1
	Banco Itaú Chile <sup>(2)</sup>	11,1	5,3	5,4
	Banco Itaú Uruguai <sup>(3)</sup>	1,8	2,1	1,1
	Banco Itaú Paraguai <sup>(3)</sup>	3,7	3,5	1,6
	Banco Itaú BBA Colômbia <sup>(2)</sup>	1,6	0,5	0,3
<b>Efeito de Diversificação</b>		<b>(231,8)</b>	<b>(194,9)</b>	<b>(358,7)</b>
<b>VaR Total</b>		<b>221,7</b>	<b>193,1</b>	<b>160,7</b>
<b>VaR Total Máximo no Trimestre</b>		<b>236,6</b>	<b>227,7</b>	<b>199,1</b>
<b>VaR Total Médio no Trimestre</b>		<b>203,7</b>	<b>176,0</b>	<b>162,6</b>
<b>VaR Total Mínimo no Trimestre</b>		<b>179,1</b>	<b>131,1</b>	<b>138,7</b>

<sup>(1)</sup> Valores reportados consideram 1 dia como horizonte de tempo e 99% de nível de confiança

<sup>(2)</sup> O VaR passou a ser calculado por simulação histórica a partir deste trimestre. De 1º de janeiro a 31 de março de 2015, os valores do VaR Total Médio Paramétrico destas unidades foram R\$ 2,4 milhões, R\$ 4,4 milhões e R\$ 0,2 milhões, respectivamente.

<sup>(3)</sup> O VaR é calculado na abordagem Paramétrica.

O Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período. O VaR Total Médio no trimestre manteve-se inferior a 1% do patrimônio líquido do Itaú Unibanco.

O aumento no VaR Total verificado em relação ao trimestre anterior é devido ao aumento dos níveis de volatilidade de mercado e mudanças de posição que, conjuntamente, resultaram em alteração nos efeitos de correlação da carteira. A migração da metodologia de apuração do VaR de abordagem paramétrica para simulação histórica das unidades externas (*Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A. e Banco Itaú BBA Colômbia S.A.*) também contribuiu com o aumento do valor do VaR Total no trimestre.

VaR – Carteira de NegociaçãoA seguir, o VaR da Carteira de Negociação calculado por simulação histórica.

### VaR - Itaú Unibanco - Carteira de Negociação <sup>(1)</sup>

*R\$ milhões*

VaR por Grupo de Fatores de Risco	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Taxa de Juros	36,7	16,6	24,8
Cupons Cambiais	11,0	3,6	13,9
Variação Cambial	35,3	10,7	14,5
Índices de Preços	7,4	8,1	10,2
Renda Variável	5,8	4,3	2,2
<b>Efeito de Diversificação</b>	(69,0)	(26,4)	(37,5)
<b>VaR Total</b>	<b>27,3</b>	<b>16,9</b>	<b>28,0</b>
<b>VaR Total Máximo no Trimestre</b>	<b>31,6</b>	<b>53,0</b>	<b>54,3</b>
<b>VaR Total Médio no Trimestre</b>	<b>18,7</b>	<b>22,1</b>	<b>27,6</b>
<b>VaR Total Mínimo no Trimestre</b>	<b>10,9</b>	<b>13,1</b>	<b>17,0</b>

<sup>(1)</sup> VaR calculado por simulação histórica. Valores reportados consideram 1 dia como horizonte de tempo e 99% de nível de confiança.

<sup>(2)</sup> Não contempla Unidades Externas.

**VaR - Unidades Externas**

Para fins desta publicação, são denominadas unidades externas do Itaú Unibanco as instituições financeiras com sede em diferentes países, que operam com tesourarias locais cujas exposições ao risco de mercado são monitoradas pelas áreas de controle de risco locais. Estas áreas de tesouraria e controle de riscos reportam para as respectivas áreas do Itaú Unibanco. Compõem essas unidades externas o Itaú BBA International PLC, Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguay S.A., Banco Itaú Paraguay S.A. e Itaú BBA Colombia S.A. – Corporación Financiera.

A exposição consolidada de risco de mercado das unidades externas no primeiro trimestre, quando comparada ao anterior, apresentou um aumento, conforme pode ser observado a seguir.

O VaR Total Consolidado das Unidades Externas representa menos de 1% do patrimônio líquido do Itaú Unibanco.

**VaR - Itaú Unibanco Unidades Externas <sup>(1)</sup>**

<b>VaR por Fatores de Risco</b>		<b>31/03/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/03/2014</b>	
<b>Banco Itaú BBA International <sup>(2)</sup></b>	Euribor	0,2	0,2	0,3	
	Libor	0,8	0,3	0,3	
	Varição Cambial	2,5	0,5	1,2	
	Ações	0,0	0,0	0,0	
	Outros	0,7	1,0	0,2	
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(0,6)</b>	<b>(0,4)</b>	<b>(0,3)</b>	
	<b>VaR Total Itaú BBA International</b>	<b>3,6</b>	<b>1,6</b>	<b>1,9</b>	
<b>Banco Itaú Argentina <sup>(1)</sup></b>	Pré-fixado em Peso (ARS)	2,6	2,0	2,9	
	Índices de Inflação (CER)	0,0	0,0	0,0	
	Badlar	1,3	0,4	1,0	
	Cupom e Varição Cambial - Dólar	4,2	1,3	1,3	
	Cupom e Varição Cambial - Outras Moedas	0,0	-	0,0	
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(2,4)</b>	<b>(1,8)</b>	<b>(2,5)</b>	
	<b>VaR Total Itaú Argentina</b>	<b>5,9</b>	<b>1,9</b>	<b>2,8</b>	
<b>Banco Itaú Chile <sup>(1)</sup></b>	Pré-fixado em Peso (CLP)	1,4	0,3	0,8	
	Índices de Inflação (UF)	8,5	4,4	2,6	
	Cupom e Varição Cambial - Dólar	3,0	1,6	0,6	
	Varição Cambial - Outras Moedas	0,1	-	0,0	
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(1,0)</b>	<b>(1,0)</b>	
		<b>VaR Total Itaú Chile</b>	<b>11,1</b>	<b>5,3</b>	<b>3,0</b>
<b>Banco Itaú Uruguay <sup>(2)</sup></b>	Pré-fixado em Peso (UYU)	0,3	0,2	0,2	
	Índices de Inflação (UI)	1,5	1,1	0,9	
	Cupom Cambial - Dólar	1,5	2,1	1,2	
	Varição Cambial - Dólar	0,5	0,1	0,1	
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(2,0)</b>	<b>(1,3)</b>	<b>(0,9)</b>	
		<b>VaR Total Itaú Uruguay</b>	<b>1,8</b>	<b>2,1</b>	<b>1,5</b>
<b>Banco Itaú Paraguai <sup>(2)</sup></b>	Pré-fixado em Guarani (PYG)	2,9	2,6	1,9	
	Cupom Cambial - Dólar	2,7	2,8	0,5	
	Varição Cambial - Dólar	0,0	0,0	0,0	
	<b>Efeito de Diversificação</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(0,5)</b>	
		<b>VaR Total Itaú Paraguai</b>	<b>3,7</b>	<b>3,5</b>	<b>1,9</b>
	<b>Banco Itaú BBA Colômbia <sup>(1)</sup></b>	Pré-fixado em Peso (COP)	1,6	0,1	0,4
Cupom Cambial - Dólar		0,0	-	0,0	
Varição Cambial - Dólar		-	0,5	0,1	
<b>Efeito de Diversificação</b>		<b>0,0</b>	<b>(0,1)</b>	<b>(0,1)</b>	
		<b>VaR Total Itaú BBA Colômbia</b>	<b>1,6</b>	<b>0,5</b>	<b>0,4</b>
		<b>VaR Total</b>	<b>27,6</b>	<b>14,9</b>	<b>11,3</b>

<sup>(1)</sup> O VaR passou a ser calculado por simulação histórica a partir deste trimestre. De 1º de janeiro a 31 de março de 2015, os valores do VaR Total Médio Paramétrico destas unidades foram R\$ 2,4 milhões, R\$ 4,4 milhões e R\$ 0,2 milhões, respectivamente.

<sup>(2)</sup> O VaR é calculado na abordagem Paramétrica.

### Teste de Aderência

A eficácia do modelo de *VaR* é comprovada pelo teste de aderência, onde são comparadas as perdas e os ganhos hipotéticos diários com o *VaR* diário estimado. O número de exceções dos limites estabelecidos de *VaR* deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com a hipótese de intervalos de confiança de 99% (isto é, há 1% de probabilidade de perdas financeiras maiores que as perdas estimadas pelo modelo), considerando uma janela de 250 dias úteis (findos em 31 de março de 2015). As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo documento de Basileia “*Supervisory Framework for the use of backtesting in conjunction with the internal models approach to market risk capital requirements*”. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): corresponde aos resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): refere-se a uma faixa intermediária, que sinaliza a necessidade de atenção e/ou monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): demonstra a necessidade de uma ação de melhoria.

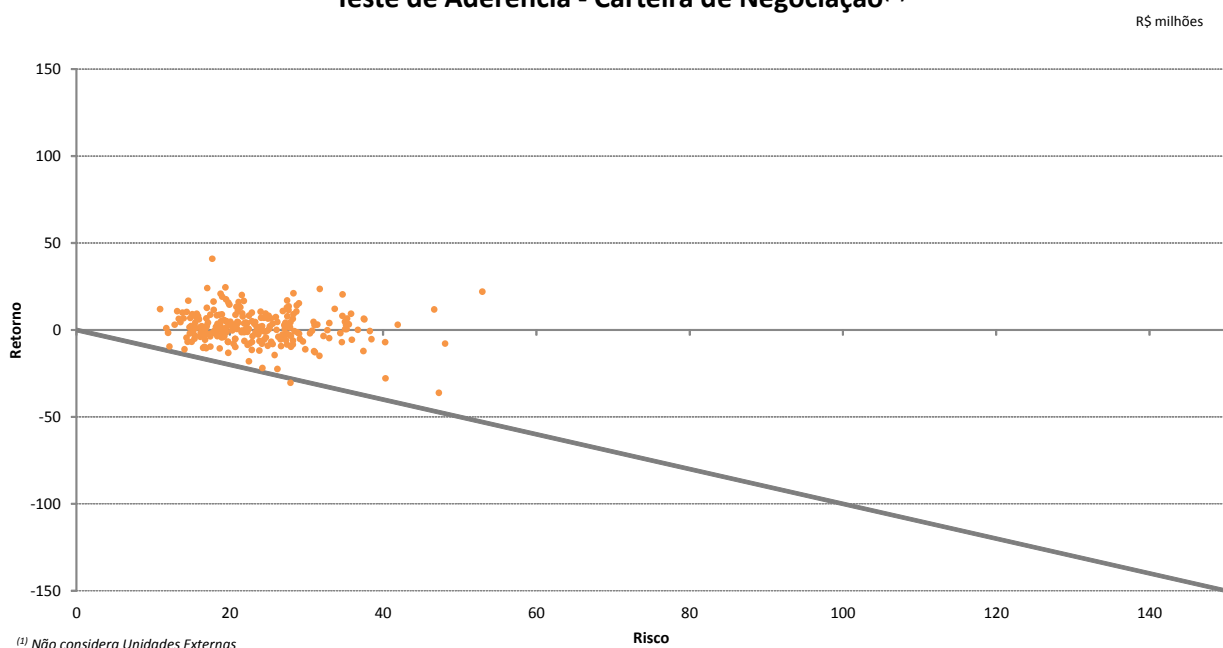
Para ilustrar a confiabilidade das medidas de risco geradas pelos modelos utilizados pelo Itaú Unibanco, é apresentado abaixo o gráfico do teste de aderência do risco da Carteira de Negociação (as unidades externas não são incluídas no gráfico, devido à baixa relevância de seus montantes de *VaR*).

O gráfico demonstra o grau de adequação dos modelos de risco de mercado empregados pelo Itaú Unibanco, apresentando o risco (em módulo) versus o retorno para o período considerado.

Como a linha diagonal representa risco igual ao retorno, todos os pontos que ficam abaixo dela apontam exceções ao risco estimado.

Com relação ao *VaR* da Carteira de Negociação, a perda hipotética foi maior que o *VaR* estimado pelo modelo em 1 dia no período.

### Teste de Aderência - Carteira de Negociação<sup>(1)</sup>



### 7 Risco Operacional

#### 7.1 Estrutura e Tratamento

Para o Itaú Unibanco, o risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Itaú Unibanco classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Itaú Unibanco;
- Interrupção das atividades do Itaú Unibanco;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades no Itaú Unibanco.

Em linha com os princípios da Resolução 3.380 do CMN e da Circular 3.647 do BACEN, o Itaú Unibanco possui estrutura e normativo institucional para gerenciamento de risco operacional aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e aplicáveis às empresas e às subsidiárias no Brasil e exterior.

O gerenciamento de risco operacional é composto pelas atividades de gestão e controle dos riscos operacionais, cujo objetivo é suportar a instituição na tomada de decisão, buscando sempre a correta identificação e avaliação dos riscos, a criação de valor para os acionistas, assim como a proteção dos ativos e a imagem do Itaú Unibanco.

O Itaú Unibanco possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que por sua vez respondem ao Conselho de Administração, e por papéis e responsabilidades bem definidos de forma a reafirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional através de metodologias, treinamento e certificação do ambiente de controle de maneira independente e provendo ferramentas que os monitorem.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, priorizar, responder, monitorar e reportar o risco operacional com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional. Entre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se auto avaliação e o mapa de riscos priorizados da organização, a aprovação de processos e produtos, o monitoramento de indicadores chave de risco e a base de dados de perdas operacionais. Portanto o arcabouço de risco operacional do Itaú Unibanco garante base conceitual única para o gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos e serviços.

Dentro da governança do processo de gerenciamento, existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Ressalta-se que a agenda de risco operacional tem na disseminação da cultura de riscos e controles para os colaboradores, através de treinamentos, importante pilar que visa a subsidiar o melhor entendimento do assunto e o relevante papel a desempenhar em sua mitigação.

Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional pode ser acessada no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional.



### 7.2 Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade de Negócios do Itaú Unibanco tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio, salvaguardar as receitas e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de seus clientes e parceiros estratégicos em sua prestação de serviços e produtos.

É composto pelos procedimentos para realocação e/ou recuperação de operações em resposta a uma variedade de níveis de interrupção, e pode ser dividido em dois elementos chave:

- **Gestão de Crises:** processo de comunicação centralizada e os procedimentos de resposta, para gerenciar eventos de interrupção de negócios e também quaisquer outros tipos de ameaças à imagem e reputação de sua identidade perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores. A estrutura conta com um comando central que monitora constantemente as operações diárias, bem como canais de mídia em que o Itaú Unibanco seja citado. O êxito da Gestão de Crises se dá por meio de agentes focais, que são representantes nomeados junto às áreas de negócios e que atuam no monitoramento de potenciais problemas, na resolução de crises, na retomada dos negócios, na melhoria dos processos e na busca por ações de prevenção;
- **Planos de Continuidade de Negócios (PCN):** documentos com procedimentos e informações desenvolvidos, consolidados e mantidos à disposição para utilização em eventuais incidentes, possibilitando a retomada das atividades críticas em prazos e condições aceitáveis. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, o Itaú Unibanco tem definido em seu PCN ações corporativas e customizadas para suas linhas de negócio, por meio de:
  - Plano de *Disaster Recovery*: foco na recuperação de seu *data center* primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;
  - Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente. Existem aproximadamente 2.000 posições de contingência totalmente equipadas para atender as necessidades das áreas de negócio em situações de emergência.
  - Plano de Emergência: procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre as instalações do Itaú Unibanco, com foco preventivo;
  - Plano de Contingência de Processos: alternativas (Planos B) para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da organização:

- **Análise de Impacto nos Negócios (BIA):** avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos, que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;
- **Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA):** identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados. A eficácia dos controles existentes é avaliada em relação às ameaças para fins de identificação de vulnerabilidades, fortalecimento das soluções e estabelecimento de novos controles.

## 8 Risco de Liquidez

### 8.1 Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde o Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site [www.itaú-unibanco.com.br/ri](http://www.itaú-unibanco.com.br/ri), seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez.

Em observância às exigências da Resolução 4.090 do CMN e da Circular 3.393 do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

### 8.2 Fontes Primárias de Funding

O Itaú Unibanco dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo.

#### Fontes Primárias de Funding

R\$ milhões

	Prudencial			Operacional					
	31/03/2015			31/12/2014			31/03/2014		
Recursos de Clientes	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%
Depósitos	198.220	303.735		198.856	310.831		177.956	293.130	
Recursos à Vista	60.820	60.820	11%	64.015	64.015	11%	57.589	57.589	11%
Recursos de Poupança	117.357	117.357	21%	118.449	118.449	21%	108.931	108.931	20%
Recursos a Prazo	10.354	97.405	18%	11.705	109.242	19%	10.049	121.117	22%
Outros Recursos	9.689	28.153	5%	4.687	19.125	3%	1.387	5.493	1%
Recursos de Aceite de Emissão de Títulos <sup>(1)</sup>	2.317	50.762	9%	3.959	59.656	10%	2.370	54.847	10%
Recursos de Emissão Própria <sup>(2)</sup>	2.472	138.797	25%	2.840	142.687	25%	2.977	136.289	25%
Dívida Subordinada	320	59.528	11%	174	55.617	10%	258	56.424	10%
<b>Total</b>	<b>203.329</b>	<b>552.822</b>		<b>205.829</b>	<b>568.791</b>		<b>183.561</b>	<b>540.690</b>	

<sup>(1)</sup> Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

<sup>(2)</sup> Referem-se à captações no mercado aberto com títulos de emissão própria.

### 9 Outros Riscos

#### Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, o Itaú Unibanco entende que os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias;
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização;
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários de fundos de pensão decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas. O Itaú Unibanco optou por gerenciar os riscos destes produtos de forma segregada, conforme as diretrizes estabelecidas pela instituição para cada tipo de risco, de forma a focar nas especificidades de cada risco da carteira de seguros, de previdência e capitalização.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança, onde as decisões podem chegar a órgãos colegiados compostos pela alta administração, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

#### Risco Socioambiental

Na gestão de negócios, o Itaú Unibanco considera, continuamente, o potencial de risco de perdas em função da exposição a eventos socioambientais que decorrem do desempenho de suas atividades. Esses eventos decorrem da atuação direta do Itaú Unibanco que, por si, gere impacto ao meio ambiente ou à saúde humana. Desta forma, a instituição entende o risco socioambiental como o risco de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pelo Itaú Unibanco no desenvolvimento de suas atividades ou por suas ações, estando o seu gerenciamento estruturado por governança e formalizado por meio de normativos e procedimentos internos.

Na governança de questões socioambientais, o Itaú Unibanco conta com o Comitê de Riscos Socioambiental, que tem como principal competência propor entendimentos institucionais sobre questões relacionadas à exposição ao risco socioambiental para suas atividades e operações. No mais, a gestão do risco socioambiental é efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com o apoio da área jurídica e unidades de análise de risco socioambiental dedicadas ao negócio. As unidades de negócio contam ainda com a governança de aprovação de novos produtos, que contempla em sua avaliação o risco socioambiental, garantindo a observância deste requisito em todos os novos produtos e processos da instituição.

Com esse fim, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo diversos processos internos que visam ao gerenciamento, ao controle e à mitigação de eventos que possam levar à ocorrência do risco socioambiental. Destaca-se, por exemplo, a consideração de questões socioambientais nos investimentos, nos processos de concessão de crédito, de contratação de fornecedores, de subscrição de seguros e de aquisição de imóveis para uso próprio. As demais linhas são responsáveis pela avaliação dos controles e pela avaliação da eficácia dos processos de gestão do risco de maneira independente.

O Itaú Unibanco busca constantemente progredir no gerenciamento do risco socioambiental, sempre atento aos desafios para acompanhar as mudanças e demandas da sociedade. Assim, dentre outras ações, assume e incorpora aos seus processos internos uma série de compromissos e pactos voluntários, nacionais e internacionais, voltados à integração de aspectos sociais, ambientais e de governança nos negócios. Destacam-se os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta pelos Direitos Humanos – Ethos, os Princípios do Equador (EP), o Pacto Global, o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o Programa Brasileiro *GHG Protocol*, o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, entre outros. Os esforços da instituição para expandir os conhecimentos sobre avaliação dos critérios sociais e ambientais têm sido reconhecidos como modelos dentro e fora do país, como mostra a presença recorrente da instituição nos principais índices de sustentabilidade no exterior, como o *Dow Jones Sustainability Index*, e no Brasil, como no Índice de Sustentabilidade Empresarial, além dos diversos prêmios recebidos.

### Risco Reputacional

O Itaú Unibanco define como risco reputacional aquele decorrente das práticas internas, eventos de risco e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa da instituição por parte dos clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais, entre outros, acarretando em impactos no valor da marca e em perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade do Itaú Unibanco de manter relações comerciais existentes, dar início a novos negócios e continuar tendo acesso a fontes de captação.

Visto que risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que potenciais riscos reputacionais sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos.

O Itaú Unibanco julga sua reputação de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas.

Desta forma, para obter uma reputação inquestionável e evitar impactos negativos na percepção da imagem do Itaú Unibanco pelas diversas partes interessadas, o tratamento dado ao risco reputacional é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas, que por sua vez, são suportados por normativos internos, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais aos quais a instituição está, ou possa a vir estar, exposta. Dentre eles, destacam-se:

- Processo de prevenção e combate ao uso do Itaú Unibanco em atos ilícitos;
- Processo de gestão de crises e continuidade de negócios;
- Processos e diretrizes das relações governamentais e institucionais;
- Processo de comunicação corporativa;
- Processo de gestão da marca;
- Iniciativas de ouvidoria e de compromisso com a satisfação dos clientes;
- Diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

### Risco Regulatório

O risco regulatório é considerado no Itaú Unibanco como risco decorrente de perdas devido a multas, sanções e outras punições aplicadas por reguladores decorrentes do não cumprimento de requerimentos regulatórios. O risco regulatório é gerenciado através de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e acompanhar a implantação das ações voltadas para a aderência às exigências normativas.

O Itaú Unibanco possui fluxo estruturado e consistente para o tratamento de normas, abrangendo as etapas de captura, distribuição, acompanhamento e cumprimento, sendo que todos os processos estão definidos em normativos internos. A estrutura e fluxo para tratamento de risco regulatório são compostos por: (i) acompanhamento de projetos de lei, editais e consultas públicas (ii) captura de novas normas e definição de planos de ação para cumprimento das normas, (iii) relacionamento com reguladores, (iv) acompanhamento de planos de ação e (v) priorização de riscos.

### Risco de Modelo

A gestão de riscos do Itaú Unibanco possui modelos proprietários para gestão de riscos que são monitorados continuamente e revisados, quando necessário, visando a garantir a eficácia nas decisões estratégicas e de negócio.

O risco de modelo é definido como o risco decorrente de modelos utilizados pelo Itaú Unibanco não refletirem de maneira consistente as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente do

observado. Esse risco pode se materializar, principalmente, devido a inadequações metodológicas durante o seu desenvolvimento ou ao uso em realidades distintas da modelada.

O Itaú Unibanco utiliza as melhores práticas de mercado para gerenciar o risco de modelo a que está exposto durante todo o ciclo de vida de um modelo, cujas etapas podem ser categorizadas em quatro principais: desenvolvimento, implantação, validação e uso. As melhores práticas que balizam o controle do risco de modelo na instituição incluem: (i) certificação da qualidade das bases de dados utilizadas, (ii) aplicação de lista de pontos essenciais a serem cumpridos durante o desenvolvimento, (iii) conservadorismo em modelos julgamentais, (iv) uso de benchmarks externos, (v) homologação dos resultados gerados na implantação, (vi) validação técnica independente, (vii) validação de uso, (viii) avaliações de impacto no uso e (ix) monitoramento de desempenho.

### Risco País

O risco país é definido como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor a contraparte ou o garantidor, ou de eventos político-econômicos e sociais relacionados a esse país.

O Itaú Unibanco está presente em diversos outros países além do Brasil. Adicionalmente às unidades internacionais, a instituição mantém relacionamento com tomadores, emissores, contrapartes e garantidores, principalmente institucionais, de diversas localidades no mundo, independentemente de possuir uma unidade internacional na localidade do tomador, do emissor, da contraparte ou do garantidor.

De modo a tratar o risco país adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica e de processos que visam a garantir que o risco seja gerido e controlado. Tais processos abrangem: (i) governança do risco país, (ii) definição de *ratings* para países, (iii) definição de limites para países e (iv) monitoramento dos limites e tratamento de desenquadramentos.

### Risco de Negócio e Estratégia

O Itaú Unibanco define o risco de negócio e estratégia como o risco de impacto negativo nos resultados ou no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da incapacidade do Itaú Unibanco de implantar os planos estratégicos apropriados, e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

Visto que o risco de negócio e estratégia pode afetar diretamente a criação de valor e, até mesmo, a viabilidade da instituição, o Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do Conselho de Administração, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno.

De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos listados a seguir, que contam com pleno envolvimento da alta administração e da área de controle e gestão de riscos nas decisões de negócio e estratégicas, visando a garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis. Assim, há:

- Governança, que conta com tomadores de decisão qualificados, que, por sua vez, possuem incentivos corretos;
- Processo orçamentário, com participação ativa da área de controle e gestão de riscos;
- Processo de avaliação de novos produtos antes de sua comercialização;
- Estrutura específica para avaliação e prospecção de fusões e aquisições.

### 10 Gestão Integrada de Riscos e Alinhamento de Incentivos

Em consonância com o escopo e complexidade de suas operações, o Itaú Unibanco estabeleceu processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de forma efetiva, além de alocar o capital entre os segmentos de forma adequada. Adicionalmente, o Itaú Unibanco estabeleceu processos que permitem que Executivos e Conselho de Administração tenham uma visão global das exposições de risco da instituição, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação de seu capital, além de promoverem o alinhamento de incentivos. A seguir, a descrição de alguns desses processos:

#### Apetite de riscos

O apetite de riscos do Itaú Unibanco é um conjunto de diretrizes e limites, aprovados pelo Conselho de Administração, que definem os níveis de risco aceitáveis para o Itaú Unibanco. Dividido em quatro dimensões, combina formas complementares de mensuração dos riscos, buscando uma visão abrangente das exposições incorridas pela instituição.

A dimensão de capitalização reflete o nível de proteção do banco contra perdas significativas. Esta dimensão estabelece as diretrizes de capitalização mínima do Itaú Unibanco em relação aos seus riscos, dentro das quais a gestão utiliza o capital do banco, obedecendo a níveis aceitáveis de alavancagem e custo de *funding*.

A dimensão de liquidez reflete o nível de proteção do banco contra um período prolongado de estresse de *funding*, que poderia levar à falta de liquidez. Esta dimensão estabelece as diretrizes quanto aos níveis mínimos de liquidez, níveis aceitáveis de descasamento de prazos e estrutura de *funding*.

A dimensão de composição de negócios, por sua vez, busca garantir, por meio de limites de concentração, adequada composição das carteiras, visando à baixa volatilidade e à sustentabilidade dos negócios.

Já a dimensão *franchise* aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação do Itaú Unibanco junto aos *stakeholders*.

A definição dos níveis aceitáveis de riscos incorpora aspectos da estratégia da organização, assim como o ambiente regulatório. O monitoramento do apetite de riscos é feito considerando a situação atual e prospectiva. A definição do apetite de riscos e seu monitoramento é feita nos níveis executivo e Conselho de Administração, constituindo assim um importante instrumento para supervisão da gestão de riscos do Itaú Unibanco

#### Teste de Estresse

O teste de estresse realizado pelo Itaú Unibanco tem por objetivo avaliar a solvência da instituição em eventos hipotéticos, porém plausíveis, de crise sistêmica, bem como identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco. É baseado em projeções estressadas de variáveis macroeconômicas e de crédito, com a finalidade de analisar o efeito agregado sobre os resultados, capital e liquidez da instituição, estando consistente com os padrões da indústria financeira. O teste é aplicado sobre as principais carteiras da instituição, simulando o impacto em cada área de negócio através do cálculo das demonstrações financeiras estressadas, sob diferentes cenários aprovados pelo Conselho de Administração, para um horizonte de 2 a 3 anos.

Os resultados do teste são apresentados à alta gestão e ao Conselho de Administração, fundamentando decisões estratégicas.

#### Remuneração Ajustada ao Risco

As diretrizes de Remuneração no Itaú Unibanco têm como objetivos atrair, reter e recompensar de forma meritocrática os seus colaboradores, incentivando níveis prudentes de exposição ao risco nas estratégias de curto, médio e longo prazo, em consonância com os interesses dos acionistas e dos reguladores e com a cultura da organização. A estrutura de governança de remuneração e os incentivos à tomada prudente de riscos vêm se consolidando em linha com as melhores práticas internacionais de remuneração e governança. O Comitê de Remuneração, em linha com os requisitos da Resolução 3.921 do CMN e com reporte ao Conselho de Administração, é responsável por definir as diretrizes dos modelos de remuneração dos colaboradores e a política de remuneração dos administradores das empresas do Conglomerado.

A remuneração no Itaú Unibanco leva em conta a estratégia da instituição, as legislações gerais e específicas para cada negócio ou região de atuação e a gestão adequada dos riscos ao longo do tempo. A remuneração variável considera os riscos correntes e potenciais, incentivando a busca de resultados sustentáveis e desencorajando tomadas de decisão que envolva riscos excessivos. O cálculo do montante global e sua individualização consideram, entre outros, as bases

financeiras sustentáveis de longo prazo, ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, o resultado da instituição e/ou da área quando aplicável e a relação entre desempenho e os riscos incorridos.

De acordo com a Resolução 3.921 do CMN, parte da remuneração variável dos diretores estatutários é paga em ações (no mínimo 50%) e um percentual é diferido em três anos (ao menos 40% da remuneração variável). As parcelas diferidas e não pagas podem ser revertidas no caso de desempenho insatisfatório da instituição e desempenho negativo da área de negócio.

Refletindo a preocupação com o desempenho sustentável, o Itaú Unibanco implanta práticas de remuneração variável específicas para colaboradores cujos papéis e responsabilidades têm impacto material sobre o risco do banco, apesar de não estarem sujeitos aos requisitos da resolução 3.921 do CMN. Para este público são aplicados mecanismos de ajustes a bônus decorrentes de eventos de *compliance* e riscos, bem como diferimento.

## 11 Anexo I

		Prudencial		
		31/03/2015		
		Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$mil) <sup>1</sup>	Referência do balanço do conglomerado <sup>2</sup>
<b>Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR</b>				
<b>Capital Principal: instrumentos e reservas</b>				
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	75.000.000	-	(k)
2	Reservas de lucros	26.470.237	-	(l)
3	Outras receitas e outras reservas	1.729.635	-	(m)
4	Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal <sup>3</sup>	750.365	164.837	(j)
6	<b>Capital Principal antes dos ajustes prudenciais</b>	<b>103.950.236</b>	-	
<b>Capital Principal: ajustes prudenciais</b>				
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	3.574.484	5.361.726	(e)
9	Ativos intangíveis	4.582.742	1.975.116	(h) / (i)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	4.890.977	6.000.805	(b)
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-	-	
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-	
13	Ganhos resultantes de operações de securitização			
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	45.401	68.101	(d)
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	1.667.093	-	(n)
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
19	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	79.971	119.957	(f)
20	Mortgage servicing rights			
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	152.173,38	380.433,44	
23	do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	98.961,91	148.442,87	(f)
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	53.211	79.817	
26	Ajustes regulatórios nacionais	(2.493.498)	-	
26.a	Ativos permanentes diferidos	119.797	-	(g)
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	-	
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o	652.703	-	(a)
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	-	
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	3.265.998	-	(i)
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	-	
26.i	Destaque do PR	-	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins	-	-	
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	-	
28	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Principal</b>	<b>12.499.343</b>		
29	<b>Capital Principal</b>	<b>91.450.893</b>		

<sup>1</sup> Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores

<sup>2</sup> Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas

<sup>3</sup> Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192

<sup>4</sup> Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192



## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

### Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

	Prudencial		
	31/03/2015		
	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$mil) <sup>1</sup>	Referência do balanço do conglomerado <sup>2</sup>
<b>Capital Complementar: instrumentos</b>			
30 Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar			-
31 dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis			-
32 dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis			-
33 Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			-
34 Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar <sup>3</sup>	50.269		75.403
35 dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		-
36 <b>Capital Complementar antes das deduções regulatórias</b>	<b>50.269</b>		-
<b>Capital Complementar: deduções regulatórias</b>			
37 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-		-
38 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar			
39 Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-		
40 Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-		
41 Ajustes regulatórios nacionais	-		-
41.a Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, considerando o montante inferior a 10% do valor do Capital Complementar	-		-
41.b Participação de não controladores no Capital Complementar	-		-
41.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-		-
42 Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-		-
43 <b>Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar</b>	<b>-</b>		<b>-</b>
44 <b>Capital Complementar</b>	<b>50.269</b>		<b>-</b>
45 <b>Nível I</b>	<b>91.501.162</b>		<b>-</b>
<b>Nível II: instrumentos</b>			
46 Instrumentos elegíveis ao Nível II			-
47 Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	29.353.581		12.580.106
48 Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	59.394		89.091
49	59.394		89.091
50 Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-		-
51 <b>Nível II antes das deduções regulatórias</b>	<b>29.412.975</b>		<b>-</b>
<b>Nível II: deduções regulatórias</b>			
52 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-		-
53 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II			
54 Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital de Nível II	-		
55 Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componham o conglomerado	-		
56 Ajustes regulatórios nacionais	11.290		-
56.a Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012	11.290		-
56.b Participação de não controladores no Nível II	-		-
56.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-		-
57 <b>Total de deduções regulatórias ao Nível II</b>	<b>11.290</b>		<b>-</b>
58 <b>Nível II</b>	<b>29.401.685</b>		<b>-</b>
59 <b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>120.902.847</b>		<b>-</b>
60 <b>Total de ativos ponderados pelo risco</b>	<b>788.843.915</b>		<b>-</b>

<sup>1</sup> Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores

<sup>2</sup> Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas

<sup>3</sup> Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192

<sup>4</sup> Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192

## Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

		Prudencial		
		31/03/2015		
		Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$mil) <sup>1</sup>	Referência do balanço do conglomerado <sup>2</sup>
58	<b>Nível II</b>	29.401.685	-	
59	<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	120.902.847	-	
60	<b>Total de ativos ponderados pelo risco</b>	788.843.915	-	
<b>Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal</b>				
61	Índice de Capital Principal (ICP)	11,6%		
62	Índice de Nível I (IN1)	11,6%		
63	Índice de Basileia (IB)	15,3%		
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	4,5%		
65	do qual: adicional para conservação de capital	0,0%		
66	do qual: adicional contracíclico	0,0%		
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)			
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	7,1%		
<b>Mínimos Nacionais</b>				
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III			
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	5,5%		
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	11%		
<b>Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)</b>				
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	8.920.899		(f)
74	Mortgage servicing rights			
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	4.796.735		(c)
<b>Limites à inclusão de provisões no Nível II</b>				
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada			
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada			
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-		
<b>Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)</b>				
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite			
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-		
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	29.353.581		
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite <sup>4</sup>	12.580.106		

<sup>1</sup> Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores

<sup>2</sup> Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas

<sup>3</sup> Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192

<sup>4</sup> Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192

### 12 Glossários

#### 12.1 Glossário de Siglas

##### A

- AVA - Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças
- ARS - Peso Argentino

##### B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BIA - *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)
- BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

##### C

- CDB - Certificado de Depósito Bancário
- CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro
- CDS - Credit Default Swap
- CER - Coeficiente de Estabilização de Referência (índice oficial de inflação argentino)
- CLP - Peso chileno
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados
- CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio
- CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários
- CVM - Comissão de Valores Mobiliários

##### D

- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV01 - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

##### E

- EAD - *Exposure at Default* (valor estimado da exposição em caso de inadimplência)
- EUA - Estados Unidos da América

##### F

- FIDC - Fundos de Investimento em Direito Creditórios
- FPRs - Fatores de Ponderação de Riscos

##### I

- ICAAP – Processo interno de avaliação da adequação de capital
- IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado
- IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo

##### L

- LGD - *Loss Given Default* (perda dada à inadimplência)

##### M

- MEP – Método de Equivalência Patrimonial

- MtM – Mark to Market

### P

- PCN - Planos de Continuidade de Negócios
- PD - *Probability of Default* (probabilidade de inadimplência)
- PR - Patrimônio de Referência
- PYG - Guarani Paraguaio

### R

- RA - *Risk Assessment* (Avaliação de Riscos)
- RBAN - Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação
- RCAP - *Regulatory Consistency Assessment Programme*
- RWA - *Risk Weighted Assets* (ativos ponderados pelo risco)
- RWA<sub>ACS</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas às variações no preço de ações e classificadas na carteira de negociação
- RWA<sub>CAM</sub> - Parcela relativa às exposições em ouro, moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial
- RWA<sub>COM</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de *commodities*
- RWA<sub>CPAD</sub> - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito
- RWA<sub>JUR</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxa de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação
- RWA<sub>JUR1</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas pré-fixadas, denominadas em real
- RWA<sub>JUR2</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à variação de cupons de moedas estrangeiras
- RWA<sub>JUR3</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à variação de cupons de índices de preços
- RWA<sub>JUR4</sub> - Parcela relativa às exposições sujeitas à de variação de cupons de taxas de juros
- RWA<sub>MPAD</sub> - consiste no somatório das parcelas RWA<sub>CAM</sub>, RWA<sub>JUR</sub>, RWA<sub>COM</sub> e RWA<sub>ACS</sub>
- RWA<sub>OPAD</sub> - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional

### S

- SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

### T

- TRS - Total Return Swap
- TI - Tecnologia da Informação
- TR - Taxa Referencial
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

### U

- UF - Índice de Inflação Chileno
- UI - Índice de Inflação Uruguaio
- UYU - Peso Uruguaio

### V

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

### 12.2 Glossário de Normas

- Circular BACEN 3.354, de 27 de junho de 2007
- Circular BACEN 3.393, de 03 de junho de 2008
- Circular BACEN 3.547, de 07 de julho de 2011
- Circular BACEN 3.635, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.636, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.637, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.638, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.639, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.640, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.641, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.643, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.645, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.647, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.652, de 26 de março de 2013
- Circular BACEN 3.675, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.678, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.679, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.696, de 03 de janeiro de 2014
- Circular BACEN 3.714, de 20 de agosto de 2014
- Circular BACEN 3.716, de 21 de agosto de 2014
- Circular BACEN 3.739, de 17 de dezembro de 2014
- Circular BACEN 3.741, de 29 de dezembro de 2014
- Carta Circular BACEN 3.565, de 06 de setembro de 2012
- Resolução CNSP 411, de 22 de dezembro de 2010
- Resolução CNSP 228, de 06 de dezembro de 2010
- Resolução CNSP 280, de 30 de janeiro de 2013
- Resolução CNSP 282, de 30 de janeiro de 2013
- Resolução CNSP 283, de 30 de janeiro de 2013
- Resolução CNSP 284, de 30 de janeiro de 2013
- Resolução CNSP 302, de 16 de dezembro de 2013
- Resolução CMN 3.380, de 29 de junho de 2006
- Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007
- Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007
- Resolução CMN 3.533, de 31 de janeiro de 2008
- Resolução CMN 3.721, de 30 de abril de 2009

- Resolução CMN 3.809, de 28 de outubro de 2009
- Resolução CMN 3.921 de 25 de novembro 2010
- Resolução CMN 3.988, de 30 de junho de 2011
- Resolução CMN 4.090, de 24 de maio de 2012
- Resolução CMN 4.192, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.193, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.194, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.195, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.277, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.278, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.279, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.280, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.281, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.311, de 20 de fevereiro de 2014
- Instrução Normativa CVM 475, de 17 de dezembro de 2008